

BSBIOS Indústria e
Comércio de
Biodiesel Sul Brasil
S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da

BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.

Passo Fundo – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com

essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Subvenções governamentais

Veja notas 9.17 e 29 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme divulgado nas notas explicativas 9.7 e 29, a Companhia possui incentivos fiscais estaduais, referentes ao ICMS, e incentivos fiscais federais referentes a PIS e COFINS, os quais são reconhecidos diretamente nos resultados operacionais. Esses incentivos fiscais são relativos (i) ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundos de créditos presumidos vinculados a programas de Incentivo nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná; (ii) crédito presumido de PIS e COFINS, conforme Lei nº 12.865/2013; (iii) crédito de PIS e COFINS proveniente do PRONAF, conforme Lei nº 11.116/05 e Decreto nº 5.297/04 e; (iv) reconhecimento de créditos de descarbonização – CBIOS. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram reconhecidos os montantes de R\$ 357.014 mil e R\$ 328.283 mil referentes a incentivos estaduais e federais, respectivamente, nos resultados consolidados da Companhia. Nesse contexto, consideramos essa uma área de foco da nossa auditoria das demonstrações, em função da relevância dos valores dos benefícios fiscais, quando comparado com o resultado das operações.	Os procedimentos de auditoria para as subvenções governamentais, incluíram entre outros, com auxílio de especialistas da área de impostos, o entendimento e testes nos cálculos para apuração dos benefícios, a análise da documentação para cumprimento das condições para fruição dos referidos incentivos fiscais, a avaliação dos julgamentos e interpretações desenvolvidos pela administração com relação à legislação aplicável a cada incentivo, bem como a verificação da razoabilidade das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores dos incentivos fiscais acima descritos registrados no resultado, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios

definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais

se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 03 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6


Luis Claudio de Oliveira Guerreiro
Contador CRC-RJ 093679/O-1

BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	12	553.593	334.809	615.382	357.340
Contas a receber de clientes	13	281.903	359.312	282.289	384.526
Estoques	14	406.836	438.025	457.680	438.025
Impostos a recuperar	15 (a)	614.135	544.236	614.668	545.490
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	15 (b)	44.277	55.458	44.344	55.488
Adiantamento a fornecedores		1.367	111	9.992	1.173
Instrumentos financeiros derivativos	11 (h)	59.444	122.699	59.444	122.699
Outras contas a receber	15 (a)	224.282	10.959	231.098	12.003
		2.185.837	1.865.609	2.314.897	1.916.744
Não circulante					
Impostos a recuperar	15 (a)	82.709	35.051	82.709	35.051
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	15 (b)	35.117	49.950	35.117	49.950
Outras contas a receber		-	-	3.303	-
Impostos diferidos	25	3.745	7.182	3.745	7.182
		121.571	92.183	124.874	92.183
Investimentos	17	141.584	81.909	300	300
Propriedades para investimento	18	42.062	39.531	42.062	39.531
Imobilizado	19	345.699	349.707	449.372	426.640
Intangível	20	42.336	44.280	68.470	44.280
		571.681	515.427	560.204	510.751
Total do ativo		2.879.089	2.473.219	2.999.975	2.519.678

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	696.083	345.393	732.710	345.393
Fornecedores	22	1.072.121	821.773	1.139.379	866.429
Obrigações trabalhistas		9.989	7.874	9.927	8.009
Obrigações tributárias		1.433	3.987	2.322	4.008
Adiantamentos de clientes		6.996	611	6.996	611
Instrumentos financeiros derivativos	11 (h)	49.590	114.517	49.590	114.517
Passivos de arrendamento		11.142	9.639	11.142	9.639
Dividendos a pagar	26 (c)	4.556	-	4.556	-
Contas a pagar pela aquisição de controlada	22	-	-	5.643	-
Outras contas a pagar		33.500	14.548	36.656	14.583
		1.885.410	1.318.342	1.998.921	1.363.189
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	531.624	697.841	533.382	697.841
Outras contas a pagar		14.168	30.883	17.416	32.494
Passivos de arrendamento		39.050	50.303	39.050	50.303
Impostos diferidos		-	-	2.368	-
Contas a pagar pela aquisição de controlada	22	414	414	414	414
Provisões para contingências	23	3.122	1.451	3.122	1.451
		588.378	780.892	595.752	782.503
Total do passivo		2.473.788	2.099.234	2.594.673	2.145.692
Patrimônio líquido	26				
Capital social		203.502	158.895	203.502	158.895
Reservas de lucros		201.633	540.969	201.633	540.969
Transações de capital	4	-	(335.848)	-	(335.848)
Ajustes acumulados de conversão		(4.101)	2.392	(4.101)	2.392
Ajustes de avaliação patrimonial		4.267	7.577	4.267	7.577
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		405.301	373.985	405.301	373.985
Participação de não controladores		-	-	1	1
Total do patrimônio líquido		405.301	373.985	405.302	373.986
Total do passivo e patrimônio líquido		2.879.089	2.473.219	2.999.975	2.519.678

BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Receita líquida de vendas	27	9.200.869	7.851.000	9.380.644	7.905.188
Custo dos produtos, mercadorias vendidas e serviços prestados	28	(8.687.238)	(7.565.230)	(8.833.930)	(7.603.111)
Lucro bruto		513.631	285.770	546.714	302.077
Despesas com vendas	28	(112.461)	(46.107)	(113.610)	(49.135)
Despesas gerais e administrativas	28	(102.473)	(70.351)	(124.316)	(77.094)
<i>Impairment</i> de ativos	28	1.922	10.511	1.922	10.511
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas	28	11.629	105.872	14.709	105.828
Resultado de equivalência patrimonial	17	9.590	454	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		321.838	286.149	325.419	292.187
Despesas financeiras	30	(437.103)	(242.648)	(438.008)	(248.727)
Receitas financeiras	30	210.701	83.716	211.126	85.052
Perdas com instrumentos financeiros derivativos, líquidos	30	(20.147)	(36.085)	(20.147)	(36.084)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		75.289	91.132	78.390	92.428
Imposto de renda e contribuição social - corrente	24	-	(11.434)	(2.954)	(12.730)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	24	(4.645)	3.823	(4.792)	3.823
Lucro líquido do exercício		70.644	83.521	70.644	83.521
Lucro básico e diluído por ação	26 (c)	10,85	12,86	10,87	12,86

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	70.644	83.521	70.644	83.521
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	2.345	-	2.345	-
Hedge accounting de fluxo de caixa	3.553	-	3.553	-
IRPJ e CSLL hedge accounting de fluxo de caixa	(1.208)	-	(1.208)	-
Ajustes acumulados de conversão	(6.493)	2.392	(6.493)	2.392
Resultado abrangente do exercício	68.842	85.913	68.842	85.913

BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Reserva de Lucros				Transações de capital	Ajustes acumulados de conversão	Ajustes avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reservas de Incentivos Fiscais	Reserva de retenção de lucros							
Saldos em 01 de janeiro de 2021	<u>158.516</u>	<u>24.110</u>	<u>237.039</u>	<u>195.313</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.563</u>	<u>-</u>	<u>623.541</u>	<u>-</u>	<u>623.541</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	83.521	83.521	1	83.522
Transações de capital (nota explicativa 4)	-	-	-	-	(335.848)	-	-	-	(335.848)	-	(335.848)
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(986)	986	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	4.176	-	-	-	-	-	(4.176)	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	2.392	-	-	2.392	-	2.392
Subscrição de ações	379	-	-	-	-	-	-	-	379	-	379
Reversão de reserva de subvenções para investimento	-	-	(237.039)	237.039	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	80.331	-	-	-	(80.331)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>158.895</u>	<u>28.286</u>	<u>-</u>	<u>512.683</u>	<u>(335.848)</u>	<u>2.392</u>	<u>7.577</u>	<u>-</u>	<u>373.985</u>	<u>1</u>	<u>373.986</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2022	<u>158.895</u>	<u>28.286</u>	<u>-</u>	<u>512.683</u>	<u>(335.848)</u>	<u>2.392</u>	<u>7.577</u>	<u>-</u>	<u>373.985</u>	<u>1</u>	<u>373.986</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	70.644	70.644	-	70.644
Transações de capital (nota explicativa 3 e 4)	-	-	-	(348.021)	335.848	-	-	-	(12.173)	-	(12.173)
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(965)	965	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	3.532	-	-	-	-	-	(3.532)	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	(6.493)	-	-	(6.493)	-	(6.493)
Hedge accounting de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	(2.345)	-	(2.345)	-	(2.345)
Juros sobre o capital próprio e dividendos (nota 26 (c))	-	-	-	-	-	-	-	(18.317)	(18.317)	-	(18.317)
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	49.760	-	-	-	(49.760)	-	-	-
Capitalização de reserva de retenção de lucros	44.607	-	-	(44.607)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>203.502</u>	<u>31.818</u>	<u>-</u>	<u>169.815</u>	<u>-</u>	<u>(4.101)</u>	<u>4.267</u>	<u>-</u>	<u>405.301</u>	<u>1</u>	<u>405.302</u>
									-		-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		70.644	83.521	70.644	83.521
Ajustes para reconciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	24	4.645	7.611	7.746	8.907
Depreciação e amortização	28	28.541	24.065	30.329	24.057
Perda na venda de ativo imobilizado	19	(311)	316	(311)	316
Resultado de equivalência patrimonial	17	(9.590)	(454)	-	-
Perda (ganho) com instrumentos financeiros derivativos, líquida	11(h)	(5.226)	1.449	(5.226)	1.450
Impairment (reversão) de ativos não financeiros		(1.922)	(10.511)	(1.922)	(10.511)
Provisão para obsolescência de estoque	14	720	1.025	720	1.025
Ajuste a valor realizável líquido de estoques	14	15.702	734	15.702	734
Provisão (reversão) de provisão para impairment de contas a receber		-	1	-	1
Provisão (reversão) para contingências	23	1.241	(834)	1.241	(834)
Ajuste a valor justo de propriedades de investimento		(2.531)	(6.639)	(2.531)	(6.639)
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	21	157.550	72.278	157.571	72.278
Juros sobre passivo de arrendamento	21	7.583	706	7.583	706
Receita com subvenções CBIOS		(82.123)	(26.024)	(82.123)	(26.024)
Recuperação de créditos extemporâneos		(19.090)	(127.528)	(19.090)	(127.528)
Atualização de fornecedores a fixar		24.507	14.206	24.507	14.206
		190.340	33.922	204.840	35.665
Variações nos ativos e passivos					
Redução no contas a receber		77.410	103.665	102.237	86.099
Redução (aumento) nos estoques		96.890	(29.334)	46.045	(29.260)
(Aumento) de tributos a recuperar		(68.366)	(247.952)	(67.682)	(248.304)
(Aumento) redução de outros ativos		(214.580)	19.755	(231.219)	29.068
Aumento de fornecedores		225.841	431.741	248.443	421.009
(Redução) aumento de impostos a pagar		(4.093)	2.321	(3.224)	1.041
(Redução) aumento de outros passivos		(1.008)	68.086	21.373	58.279
Caixa gerado nas atividades operacionais		302.434	382.204	320.813	353.597
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	21	(138.621)	(74.349)	(138.645)	(74.349)
Juros sobre passivo de arrendamento pagos	21	(1.077)	(89)	(1.077)	(89)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(28.378)	(2.954)	(28.378)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		162.736	279.388	178.137	250.781
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de investimento em controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado		(13.827)	(2.463)	(69.137)	13.884
Aquisição de investimento em não controlada		-	(300)	-	(300)
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(30.798)	(105.864)	(31.018)	(146.727)
Integralização de capital em controladas		(31.391)	(51.451)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)		(11.360)	(24.056)	-	-
Caixa recebido na incorporação		-	23	-	23
Valor recebido na venda de imobilizado		6.358	-	6.358	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(81.018)	(184.111)	(93.797)	(133.120)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Amortização de empréstimos	21	(336.389)	(517.318)	(337.056)	(517.318)
Ingressos de empréstimos	21	501.933	634.515	540.988	634.515
Amortização de passivos de arrendamento	21	(16.256)	(1.938)	(16.256)	(1.938)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	21	(12.222)	-	(12.222)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		137.066	115.259	175.454	115.259
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		218.784	210.536	259.794	232.920
Caixa e equivalente de caixa no início do período	12	334.809	124.273	357.340	124.273
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		-	-	(1.752)	147
Caixa e equivalente de caixa no final do período	12	553.593	334.809	615.382	357.340

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Receitas	9.340.003	8.842.045	9.519.773	8.896.232
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	9.324.390	8.698.037	9.504.307	8.752.224
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	(1)	-	(1)
Outras receitas	15.613	144.009	15.466	144.009
Insumos adquiridos de terceiros	8.864.559	8.429.804	9.022.716	8.474.623
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	8.736.772	8.362.689	8.883.464	8.400.570
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	113.287	75.869	124.752	82.807
Perda/(recuperação) de valores ativos, líquidos	14.500	(8.754)	14.500	(8.754)
Valor adicionado bruto	475.444	412.241	497.057	421.609
Retenções	28.541	24.065	28.533	24.117
Depreciação e amortização	28.541	24.065	28.533	24.117
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	446.903	388.176	468.524	397.492
Valor adicionado recebido em transferência	794.060	545.737	785.374	546.619
Resultado de equivalência patrimonial	9.590	454	-	-
Receitas financeiras	263.129	97.816	263.554	99.152
Ganho com derivativos e outros	521.341	447.467	521.820	447.467
Valor Adicionado total a distribuir	1.240.963	933.913	1.253.898	944.111
Distribuição do valor adicionado	1.240.963	933.913	1.253.898	944.211
Pessoal e encargos	56.789	44.869	64.172	47.305
Remuneração direta	46.147	36.267	53.371	38.643
Benefícios	7.135	5.443	7.254	5.479
FGTS	3.507	3.159	3.547	3.183
Impostos, taxas e contribuições	90.883	69.827	94.159	71.313
Municipais	277	242	303	248
Estaduais	54.488	60.538	54.488	60.538
Federais	36.118	9.047	39.368	10.527
Remuneração de capitais de terceiros	1.022.647	735.696	1.024.923	742.072
Juros	379.523	172.115	380.417	178.184
Aluguéis	1.964	1.682	3.345	1.989
Perda com derivativos e outros	641.160	561.899	641.161	561.899
Remuneração de capitais próprios	70.644	83.521	70.644	83.521
Lucros retidos no exercício	52.327	83.521	52.327	83.521
Dividendos e juros sobre o capital próprio	18.317	-	18.317	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. ("BSBIOS" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede em Passo Fundo, Rodovia Federal BR-285, Km 294, s/nº, Distrito Industrial – RS. A Companhia tem por objeto a industrialização, beneficiamento, comercialização, importação, exportação e distribuição de cereais e sementes oleaginosas, óleos vegetais brutos e refinados, biodiesel, glicerina, seus derivados e subprodutos, incluindo proteínas vegetais. Além disso, a Companhia fomenta ainda a origemação de matéria-prima, objetivando a manutenção do selo combustível social, referente às compras do Programa Nacional de Agricultura Familiar, o PRONAF.

A política Nacional de Biocombustíveis (Renovabio), instituída pela Lei nº 13.576/2017 tem como principal instrumento o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética do país. A BSBIOS, desde novembro de 2019, está certificada pela Renovabio, estando habilitada a participar do mercado de CBIOS (créditos de descarbonização), desde então já podendo proceder com a emissão de pré-CBIOS. Em agosto de 2020, a Companhia iniciou a escrituração dos CBIOS na B3 S.A – Brasil, Bolsa e Balcão (transformação dos pré-CBIOS em CBIOS).

A Companhia, a partir de 09 de fevereiro de 2021, passou a ser controlada direta integral da ECB Holding S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado, sendo esta a sua controladora final. A ECB Holding S.A. é a holding controladora do Grupo ECB (ECB Group).

2 Relação de entidades controladas

A seguir apresentamos a lista das controladas da Companhia, que compõem as demonstrações financeiras consolidadas. O controle das controladas foi obtido em 31 de março de 2021, com exceção da BSBIOS Exportação e Importação Ltda., que teve seu controle obtido pela Companhia em 31 de março de 2022.

		Participação acionária %	Participação acionária %
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
	País		
BSBIOS São Paulo Ltda.	Brasil	99,99	99,99
BSBIOS Switzerland S.A.	Suíça	100,00	100,00
Omega Green S.A.	Paraguai	99,99	99,99
BSBIOS Exportação e Importação Ltda.	Brasil	100,00	-

- **BSBIOS São Paulo Ltda.:** Sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, tem como atividade principal a comercialização de álcool, biodiesel, gasolina e demais derivados do petróleo. Anteriormente, a Empresa possuía a razão social de Varo Energy Brasil Comércio, Importação e Exportação Ltda..

- **BSBIOS Switzerland S.A.:** Sociedade por ações constituída de acordo com as leis da Confederação Suíça, com sede em Genebra, tem como atividade principal a comercialização de glicerina, biodiesel e etanol. A sociedade é detentora de 100% das ações da MP Immo, *holding pura*, e uma empresa produtora de biodiesel denominada MP Biodiesel S.A. ambas adquiridas em 01 de abril de 2022.
- **Omega Green S.A.:** Sociedade anônima constituída e existente de acordo com as leis do Paraguai, com sede em Assunción, tendo como principal atividade a produção de combustíveis renováveis, em fase pré-operacional. O investimento estimado é equivalente a U\$ 800 milhões, sendo a primeira planta de combustíveis renováveis de segunda geração do hemisfério sul, e tem previsão para iniciar suas atividades operacionais em 2024. Anteriormente, a Empresa possuía a razão social de BSBIOS Paraguay S.A e atualmente é denominada Omega Green S.A..
- **BSBIOS Exportação e Importação Ltda.:** Sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Passo Fundo. A sociedade possui duas filiais: Filial BSBIOS Exportação e Importação I, que possui como atividade principal a transmissão e distribuição de energia elétrica de origem hidráulica, térmica, eólica e solar, esta estabelecida em Soledade, RS e Filial BSBIOS Agro, a qual sediará a nova indústria de etanol, atualmente em fase de estudos de estruturação, estabelecida em Passo Fundo.

3 Reestruturações societárias

A Companhia passou por reestruturações societárias e efetuou a aquisição de controladas durante o primeiro trimestre de 2021. Em 2022, ocorreu a aquisição de controlada sob controle comum (nota 4), bem como a aquisição de um novo negócio na Suíça, por meio da controlada BSBIOS Switzerland S.A, conforme nota explicativa 2.

(i) Incorporação da R.P. Participações em Biocombustíveis S.A.

Até 09 de fevereiro de 2021, a Companhia era um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) entre a R.P. Participações em Biocombustíveis S.A. (“RP BIO”) e a Petrobras Biocombustíveis S.A. (“PBIO”), sendo que cada acionista possuía 50% de participação acionária na Companhia, totalizando 100% do capital. Em 23 de dezembro de 2020, as partes assinaram contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, o qual previa a necessidade de aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para sua efetivação. Tal aprovação foi obtida em janeiro de 2021. Em 09 de fevereiro de 2021, foi efetivada a compra de 50% das ações da BSBIOS pela R.P. Participações em Biocombustíveis S.A., venda firmada pela Petrobras Biocombustíveis S.A., passando a RP BIO a ter 100% das ações da Companhia e por consequência o controle da operação. O preço pela aquisição de 50% da Companhia, após as deduções de dívida líquida e outros ajustes previstos no contrato, e conforme termo de fechamento da operação assinado entre as partes, foi de R\$ 320.625. Após a aquisição do controle, a R.P. Participações em Biocombustíveis S.A. foi incorporada pela BSBIOS (incorporação reversa), sendo que a controladora RP BIO deixou de existir. A incorporação foi efetuada em 1º de março de 2021, com base nas informações financeiras da controladora em 28 de fevereiro de 2021.

Conforme termo de fechamento da operação, do preço de aquisição mencionado acima, foi retido o valor de R\$ 67.500, reconhecido como conta *Escrow* Indenização. Este valor será liberado em favor da vendedora (PBIO) de acordo com o cronograma previsto contratualmente. A Companhia apresenta o saldo da conta *Escrow* Indenização em bases líquidas do respectivo passivo a pagar

para a PBIO, tendo em vista que possui um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido e tem a intenção de realizar o ativo (conta Escrow indenização) e o passivo no mesmo momento, atendendo os critérios previstos no CPC 39, item 42. O saldo desta rubrica representa R\$ 62.512 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 56.664 em 31 de dezembro de 2021).

Abaixo, apresenta-se os efeitos no balanço patrimonial da Companhia em função do movimento de incorporação reversa:

ATIVO	30/06/2021	PASSIVO	30/06/2021
Circulante	478	Circulante	41.599
Caixa e equivalentes de caixa	23	Empréstimos, financiamentos e debêntures	23.446
Impostos a recuperar	455	Fornecedores	81
		Obrigações tributárias	653
Não circulante	5.681	Outras contas a pagar	17.419
Impostos diferidos	5.681		
		Não circulante	300.408
		Empréstimos, financiamentos e debêntures	300.408
		Total acervo líquido	<u>(335.848)</u>

O balanço patrimonial acima refere-se à posição patrimonial incorporada na Companhia após a eliminação do saldo de investimento que a R.P. Participações em Biocombustíveis S.A. possuía na Companhia até a data da incorporação. Além da eliminação dos efeitos de investimento, tendo em vista que a R.P. Participações em Biocombustíveis S.A. possuía a característica de uma empresa veículo, após a contabilização dos efeitos oriundos do laudo de alocação do preço de aquisição preparado no contexto da combinação de negócios quando da aquisição do controle da Companhia pela R.P. Participações em Biocombustíveis S.A., a contabilização dos efeitos seguiu os requisitos das instruções ICVM 319/1999 e ICVM 349/2001, considerando que o ICPC 09 não abrange esse tipo de reorganização societária. Neste contexto, foram eliminados efeitos de mais valia de ativos imobilizados e ativos intangíveis, bem como das contingências reconhecidos em combinação de negócios na RP BIO para fins de incorporação reversa, sendo que somente os efeitos tributários foram incorporados ao patrimônio da Companhia, não resultando portanto em modificação nos saldos dos demais ativos e passivos da Companhia em função da aquisição de seu próprio controle pela RP BIO anteriormente.

O acervo líquido da incorporada foi negativo em função de que a RP BIO possuía passivos maiores que seus ativos, quando eliminado o investimento na BSBIOS, sendo estes principalmente as debêntures apresentadas na linha de “Empréstimos, financiamentos e debêntures”. O efeito do acervo líquido negativo incorporado foi absorvido pela reserva de lucros.

4 Aquisições de controladas

Durante o primeiro trimestre de 2021, a BSBIOS obteve o controle de três Empresas já pertencentes ao Grupo ECB (nota 2) na data de 31 de março de 2021. Em 31 de março de 2022, a BSBIOS adquiriu todas as quotas da BSBIOS Exportação e Importação Ltda. (anteriormente denominada ECB Exportação e Importação Ltda.), sendo que esta empresa estava sob controle comum do mesmo acionista controlador, ECB Holding S.A. As operações foram concretizadas conforme quadro abaixo:

	Quotas/ações	Valor de negociação (em milhares de R\$)	Tipo da negociação
BSBIOS São Paulo Ltda. (i)	13.945.530	810	Compra e venda de quotas
BSBIOS Switzerland S.A. (ii)	200	2.067	Compra e venda de ações
Omega Green S.A. (iii)	30.000	379	Subscrição de capital
BSBIOS Exportação e Importação Ltda (iv)	32.189.652	26.000	Compra e venda de quotas

(i) Aquisição de 13.945.530 (treze milhões, novecentas e quarenta e cinco mil, quinhentas e trinta) quotas, pelo valor de R\$ 810, equivalente ao valor do patrimônio líquido das quotas a ser pago da seguinte forma: R\$ 396 até 15 de abril de 2021 e R\$ 414, proporcionalmente à recuperação de créditos fiscais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e ICMS). Os saldos estão refletidos no balanço patrimonial conforme nota 17.

(ii) Compra de 200 (duzentas) ações pelo valor de R\$ 1.840, pago na data de 15 de março de 2021, sujeito a eventual ajuste no preço de compra com base no patrimônio líquido contábil na data de fechamento. Este ajuste foi complementar no valor de R\$ 227, que foi pago em 29 de abril de 2021. O total do preço pago correspondeu ao patrimônio líquido na data de aquisição.

(iii) Subscrição de capital no valor de R\$ 379, equivalente a 99,96% das ações conferidas, sendo referente ao número de 30.000 (trinta mil) ações ordinárias.

(iv) Aquisição de 32.189.652 (trinta e dois milhões, cento e oitenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e duas) quotas pelo valor de R\$ 26.000, montante pago em sua totalidade em outubro de 2022. A aquisição trata-se de uma operação de aquisição de negócio entre entidades sob controle comum por meio do método de custo. O valor pago foi superior ao valor do acervo líquido em função do valor de mercado dos imobilizados da adquirida e tal efeito foi registrado contra o patrimônio líquido, em conta de transações de capital, no montante de R\$ 12.173.

(i) Aquisição MP Biodiesel

Em 01 de abril de 2022, a Companhia por meio de sua subsidiária integral BSBIOS Switzerland S.A., adquiriu 100% da fábrica MP Biodiesel localizada em Bomdidi, no Cantão de Friburgo, na Suíça. O valor de aquisição foi de R\$ 36.685. Sobre esta operação resta ainda apuração de ajuste de preço, vinculado a realização de créditos a receber, crédito carbono, dentre outros. A diferença entre o valor de livro e preço pago está contabilizado como ágio da operação provisoriamente até a conclusão do laudo de PPA.

5 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa 9.

A emissão dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 03 de abril de 2023.

6 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As controladas localizadas no exterior, na

Suíça e no Paraguai, possuem como moeda funcional o Franco Suíço e o Guarani, respectivamente. As controladas localizadas no Brasil possuem moeda funcional Real. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

7 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros e consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

7.1 Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a. Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 9. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 20).

O ágio foi apurado na aquisição da filial situada na cidade de Marialva/PR, sendo assim o teste de *impairment* foi aplicado sobre a unidade geradora de caixa, correspondente a esta planta industrial.

b. Valor justo de derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Administração usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

c. Contabilização e apresentação de contingências

São contabilizadas provisões de contingências passivas, quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, e há provável saída de recursos para liquidar a obrigação e essa possa ser estimada de forma confiável.

Para passivos contingentes possíveis de ocorrer, mas não prováveis, a Companhia divulga a existência dos mesmos, porém não efetua registro contábil de provisão.

Alguns imóveis referidos na Nota explicativa 18, possuem gravames os quais, segundo os assessores jurídicos da Companhia, possuem risco de contingências, sendo tratadas conforme suas classificações de risco.

d. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo com base em uma avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** - instrumentos financeiros; e
- **Nota explicativa 18** - propriedades para investimento.

8 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- as propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo.

9 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

9.1 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

9.2 Moeda estrangeira

a. *Transações e saldos*

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

b. *Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio médias do exercício. As taxas utilizadas para fins de conversação das operações do exterior em 31 de dezembro de 2022, foram as seguintes:

Moeda	País	Taxa de fechamento	Taxa média
Guarani	Paraguai	0,0007114	0,0007254
Franco Suíço	Suíça	5,6554	5,6277

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se a Companhia baixar parte de sua participação em uma controlada, mas mantiver o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando a Companhia baixar apenas parte de uma associada ou *joint venture*, mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado.

9.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

9.4 Instrumentos financeiros

9.4.1 *Classificação*

A Companhia classifica os seus ativos e passivos financeiros nas categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); (b) mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (c) custo amortizado. A classificação depende da finalidade

para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, tendo por base o modelo de negócios e as características de fluxos de caixa contratuais.

a. Valor justo por meio do resultado

Todos ativos e passivos financeiros que não atendem aos critérios de classificação mensurados como custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados por seu valor justo por meio do resultado, e suas variações são reconhecidas no resultado do período, como receita ou despesa financeira dependendo do resultado obtido.

b. Custo amortizado

São incluídos nesta categoria os passivos financeiros e ativos financeiros de dívida simples, cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais. São atualizados pelo método de juros efetivos, reconhecendo as receitas ou despesas de juros no resultado, ao longo do período pertinente com base na taxa de juros efetiva.

9.4.2 Reconhecimento, mensuração, desreconhecimento e compensação

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, são reconhecidos inicialmente pelo preço de transação, sendo normalmente o valor justo do instrumento financeiro. Se determinar que o valor justo no reconhecimento inicial se difere do preço da transação, for comprovado por preço cotado em mercado ativo ou passivo idêntico (Nível 1) a entidade deve reconhecer a diferença entre valor justo inicial e o preço da transação como ganho ou perda.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, substancialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, são contabilizados usando o método da taxa de juros efetivos, amortizando quaisquer taxas incluídas no cálculo da taxa de juros efetiva ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Os investimentos em instrumentos patrimoniais e contratos relativos a esses instrumentos devem ser reconhecidos pelo valor justo. Contudo, em circunstâncias limitadas, o custo pode ser uma estimativa apropriada do valor justo, caso não haja informações suficientes mais recentes disponíveis para mensurar o valor justo.

O valor justo dos investimentos com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, o valor justo é estabelecido por meio de técnicas de

avaliação. Essas técnicas incluem a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções.

9.4.3 Impairment de ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Companhia mensura a provisão para perdas de instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

9.4.4 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente no resultado do exercício, na rubrica “(Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros derivativos, líquido”.

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo. A moeda funcional do Grupo é principalmente o Real. As moedas nas quais as transações do Grupo são primariamente denominadas são: Real, Dólar Americano (USD), Guaraní (Paraguai) e Franco Suíço (CHF).

A política de gestão de risco da Companhia é fazer *hedging* de sua exposição esperada em moeda estrangeira com relação a vendas e compras previstas no curso normal do negócio. O Grupo utiliza contratos futuros e *swaps* para proteger seu risco cambial. Tais contratos são geralmente designados como *hedges* de fluxo de caixa.

Relacionado aos *hedges* do complexo Soja (soja, farelo, óleo e seus derivados), a Companhia designa integralmente o contrato de câmbio a termo como instrumento de *hedge*. Por fim, o *hedge* de empréstimos na modalidade 4131, a Companhia designa integralmente os contratos de *swaps* como instrumento de *hedge*. A política determina que as condições críticas dos contratos de câmbio a termo sejam consistentes com o item objeto de *hedge*.

A Companhia determina a existência de uma relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa. O Grupo avalia se há a expectativa de que o derivativo designado em cada relação de *hedge* compense mudanças e se foi eficaz na compensação de mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* utilizando o método de variabilidade reduzida.

Nessas relações de *hedge*, as principais fontes de ineficácia são:

- efeito do próprio risco de crédito do Grupo e das contrapartes sobre o valor justo dos contratos de câmbio a termo e *swaps*, o que não é refletido na mudança no valor justo dos fluxos de caixa objeto de *hedge* atribuíveis à mudança nas taxas de câmbio; e
- mudanças no momento de realização das operações objeto de *hedge*.

9.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo preço de transação, e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para *impairment*, se necessária.

A provisão para *impairment* é estabelecida quando existe uma evidência significativa de que não será possível receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas esperadas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

9.6 Estoques

Os estoques são mensurados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os custos dos estoques são determinados pelo método de avaliação de estoques "custo médio ponderado". O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matéria-prima, mão de obra direta, outros custos diretos e os respectivos custos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

O estoque de grãos adquiridos na modalidade “a fixar”, por não haver um preço definido no momento da transação, este é reconhecido a valor de mercado no período de aquisição.

9.7 Ativos intangíveis

a. Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

b. Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, estimadas em aproximadamente quinze anos.

9.8 Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo ou custo atribuído e depreciados pelo método linear ao longo da vida útil econômica dos bens. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo.

As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para *impairment* de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A Companhia não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

As vidas úteis dos ativos imobilizados da Companhia estão apresentados na nota explicativa 19.

9.9 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

9.10 Impairment de ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto propriedades para investimento, estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as

avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

9.11 Contas a pagar

a. Fornecedores

Os saldos de fornecedores estão classificados em duas modalidades, demonstradas a seguir:

- **Preço fixo:** obrigação junto aos fornecedores, demonstrados ao valor original de contratação, de acordo com os documentos fiscais remetidos pelos mesmos;
- **Preço a fixar:** obrigação junto aos fornecedores, em sua maioria cooperativas e produtores rurais, que realizaram a entrega dos produtos à Companhia, contudo não definiram preço final. O preço definitivo será acordado entre as partes dentro do prazo limite do contrato, que normalmente se dá dentro do próprio ano corrente.

Os saldos de fornecedores a fixar estão demonstrados pelos valores originais e ajustados a valor de mercado, mensalmente.

9.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência.

9.13 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for líquido e certo que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando há uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é

provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

9.14 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes Os ativos contingentes com êxitos prováveis, ou seja, quando for provável a entrada de benefícios econômicos, são apenas divulgados em nota explicativa; (b) passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários, trabalhistas e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (c) obrigações legais são registradas como exigíveis.

9.15 Tributos sobre o lucro

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos e são lançados na demonstração do resultado do exercício, exceto quando estão relacionados à combinação de negócios ou a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido.

9.15.1 Impostos correntes

A despesa com imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. São consideradas as compensações de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de anos anteriores, limitada a 30% do lucro real.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

9.15.2 Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

9.16 Reconhecimento de receita

As orientações trazidas pela norma CPC 47 – “Receitas de Contratos com Clientes” requerem que as receitas sejam reconhecidas quando atenderem aos seguintes critérios: (a) o valor da receita puder ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos em cada uma das vendas realizadas, bem como a confirmação do crédito para a realização da transação e a transferência do controle do bem ou serviço for atendida.

A Companhia reconhece a receita quando atinge sua obrigação de performance ao fornecer o produto ao cliente, em determinado momento no tempo, transferindo-lhe o controle sobre o mesmo, que ocorre geralmente quando da entrega física dos bens ou execução do serviço. No mercado interno, a receita é reconhecida por ocasião da remessa, ou entrega dos produtos, e para as vendas ao mercado externo, é reconhecida pelo efetivo embarque dos produtos.

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Abaixo destacam-se os principais grupos de receita da Companhia:

a. Venda de produtos

Comércio da produção própria de biocombustível, glicerina, óleos básicos vegetais, farelo de soja e outros produtos do processo produtivo. A receita ocorre no momento da retirada do produto na indústria quando este é de responsabilidade do cliente final, ou no momento da entrega quando de responsabilidade da Companhia entregar, satisfazendo a obrigação de performance requerida de acordo com os critérios contábeis e normas vigentes.

b. Revenda de mercadorias

A receita da revenda de mercadorias é reconhecida conforme as remessas ocorrem, visto que os produtos são comprados para comercialização e imediatamente revendidos após a compra e a mercadoria não transita fisicamente pelo estoque da Companhia.

c. Prestação de serviços

Industrialização por meio de serviço de esmagamento de grãos, serviços de armazenagem de grãos entre outros, sendo a receita de prestação de serviços reconhecida em momento específico no tempo, que é o momento da prestação do serviço.

d. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização. As principais receitas financeiras da Companhia são receitas de juros, variações cambiais positivas e ganhos com instrumentos financeiros derivativos.

9.17 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

9.18 Capital social

A estrutura societária atual é composta por 100% das ações pertencentes à controladora ECB Holding S.A..

9.19 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25% do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, da Lei nº 6.404/1976) somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

9.20 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento, analisando taxa de juros, prazos, valor dos bens arrendados e a intenção de compra ao final do contrato. Os contratos cujos prazos são iguais ou inferiores a 12 meses, ou ainda, ativos classificados como de baixo valor, são reconhecidos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos, quando aplicável.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento com essa mesma nomenclatura no balanço patrimonial.

(ii) Como arrendador

A Companhia possui propriedades para investimento (nota explicativa 18), e recebe arrendamentos mensais conforme cronogramas contratuais. As receitas de arrendamento são contabilizados em bases lineares no resultado do exercício e apresentadas na rubrica de "Outras receitas e despesas operacionais, líquidas" no resultado do período.

9.21 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP, não sendo requeridas para companhias de capital fechado, mas somente à companhias abertas.

10 Normas, alterações e interpretações e mudanças nas políticas contábeis

A Companhia não adotou as seguintes alterações na preparação destas demonstrações financeiras. As mesmas serão aplicáveis para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. As seguintes alterações em normas vigentes não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1)
- IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS17 Contratos de Seguro;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2);
- Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8).
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alteração ao CPC 32/IAS 12)

Foram emitidas as seguintes revisões das normas abaixo pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir 1º de janeiro de 2022 pela Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3)

11 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Contexto geral

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global de determinar os objetivos e políticas de gestão de risco da Companhia. O objetivo geral é estabelecer políticas que visam reduzir o

risco ao máximo, sem afetar indevidamente a competitividade e flexibilidade da Companhia. De acordo com a política de gestão de riscos financeiros, a exposição permitida com relação a *commodities* e câmbio é de USD 20 milhões.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações, que atendem aos critérios de reconhecimento, estão integralmente reconhecidas na contabilidade. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para a proteção das margens operacionais da Companhia.

Os saldos de instrumentos financeiros estão classificados conforme abaixo:

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro	31 de dezembro	31 de	31 de
	Nota	de 2022	de 2021	dezembro de	dezembro
				2022	de 2021
Ativo					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e bancos	12	127.816	34.053	188.999	56.584
Instrumentos financeiros derivativos	11(h)	59.444	122.699	59.444	122.699
Custo amortizado					
Aplicações financeiras	12	425.777	300.756	426.383	300.756
Adiantamentos a fornecedores		1.367	111	9.992	1.173
Outras contas a receber		224.281	122.699	231.097	122.699
Contas a receber clientes	13	281.902	359.312	282.289	384.526
Outras contas a receber de longo prazo		-	-	3.303	-
		1.120.587	939.630	1.201.507	988.437
Passivo					
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	11(h)	(49.590)	(114.517)	(49.590)	(114.517)
Custo amortizado					
Fornecedores	22	(1.072.121)	(821.773)	(1.139.380)	(866.429)
Contas a pagar pela aquisição de controlada	22	(414)	(414)	(6.056)	(414)
Passivos de arrendamento	21	(52.860)	(59.942)	(52.860)	(59.942)
Outras contas a pagar		(47.667)	(45.432)	(54.073)	(47.077)
Adiantamento de clientes		(6.996)	(611)	(6.996)	(611)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	(1.227.708)	(1.043.234)	(1.266.092)	(1.043.234)
		(2.457.356)	(2.085.923)	(2.575.047)	(2.132.224)
		(1.336.769)	(1.146.293)	(1.373.540)	(1.143.7878)

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

A Companhia está exposta, em virtude de suas operações, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de preço das *commodities*.
- Risco de taxas de câmbio.
- Risco de taxas de juros.
- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de capital.

Em suas atividades, a Companhia está sujeita a riscos de mercado relacionados à variação cambial do dólar americano bem como do preço de algumas *commodities*. Com o objetivo de mitigar esses riscos, a Companhia dispõe de uma política de gestão de risco de mercado aprovada pelo Conselho de Administração e devidamente implementada e em plena execução, dentro da qual está prevista utilização de instrumentos financeiros derivativos.

b. Risco à variação de preço de commodities

Trata-se do risco de que alterações no preço de algumas *commodities* como a soja, óleo degomado e o farelo de soja, possam gerar algum prejuízo para a Companhia. Essa exposição decorre de algumas operações relacionadas à compra e venda dessas *commodities*. Estas operações são negociadas com referência em preços das *commodities* cotados no mercado futuro, determinadas pela *Chicago Board of Trade* (CBOT). A maioria das operações está relacionada à exposição líquida da produção da Companhia, de modo que toda operação tem seu lastro em produto físico. A Companhia contratou operações de derivativos de *commodities* para fixar o preço de parte do custo de produção da próxima safra. Sobre a posição de matéria-prima a fixar, cujo estoque tenha sido realizado, são realizadas operações a termo de *commodities*. Como forma de proteger-se da variação no preço do óleo degomado de soja, que é a matéria-prima para produção do biodiesel, a Companhia procedeu à compra de contratos futuros de óleo de soja, com entrega física. Sobre as compras de soja em grão, a Companhia tem como política, fixar simultaneamente com *tradings* ou a termo em CBOT, a quantidade de farelo e óleo de soja a ser produzido pela Companhia:

Controladora e consolidado

31 de dezembro de 2022								
Operação	Soja		Farelo de soja		Óleo degomado		Total	
	Tonelada	Milhares de reais	Tonelada	Milhares de reais	Tonelada	Milhares de reais	Tonelada	Milhares de reais
Venda	-	-	(95.181)	(250.692)	-	-	(95.181)	(250.692)
A fixar	(108.612)	(335.792)	-	-	(17.906)	(121.292)	(126.518)	(457.084)
Contratos de compra	23.483	72.602	-	-	32.131	211.742	55.614	284.344
Estoque físico	51.080	153.712	9.425	24.443	24.241	139.569	84.746	317.724
<i>Chicago Board Of Trade</i>	-	-	18.325	47.526	5.008	30.617	23.334	78.143
Exposição	<u>(34.049)</u>	<u>(109.478)</u>	<u>(67.431)</u>	<u>(178.723)</u>	<u>43.474</u>	<u>260.636</u>	<u>(58.005)</u>	<u>(27.565)</u>

Controladora e consolidado

31 de dezembro de 2021								
Operação	Soja		Farelo de soja		Óleo degomado		Total	
	Tonelada	Milhares de reais	Tonelada	Milhares de reais	Tonelada	Milhares de reais	Tonelada	Milhares de reais
Venda	-	-	(94.042)	(211.554)	(37.637)	(240.867)	(131.679)	(452.421)
A fixar	(51.373)	(152.408)	-	-	-	-	(51.373)	(152.408)
Contratos de compra	61.886	179.189	-	-	21.115	165.537	83.001	344.725
Estoque físico	64.839	187.135	29.954	63.340	11.648	86.071	106.441	336.546
<i>Chicago Board Of Trade</i>	-	-	(11.216)	(24.797)	(4.950)	(36.577)	(16.166)	(61.374)
Exposição	<u>75.352</u>	<u>213.916</u>	<u>(75.304)</u>	<u>(173.011)</u>	<u>(9.824)</u>	<u>(25.836)</u>	<u>(9.776)</u>	<u>15.068</u>

A Companhia possui também operações de derivativos em *commodities* no *Chicago Board Of Trade* (CBOT), tais como: farelo, óleo e soja. Para a apuração do valor justo foi estimado seu

valor presente utilizando-se de uma metodologia comumente empregada pelos participantes do mercado. Essa metodologia baseia-se na estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização de curvas de mercado divulgadas pela B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão). A Companhia definiu 4 cenários a serem simulados para *commodities*. No realista, utilizou os preços das *commodities* em 31 de dezembro de 2022 e sobre estes preços acrescentou 25% e 50%, formando os outros dois cenários.

Operação	Risco	(-) 50 %	(-) 25 %	Realista	25%	50%
NDF Dólar	Cotação do dólar	2,6350	3,9525	5,27	6,5875	7,9050
	Ajuste NDF	163.156	79.899	(3.357)	(86.613)	(169.870)
Farelo de Soja CBOT	Cotação da <i>commodity</i>	(22.997)	3.524	30.045	30.045	83.088
Óleo de Soja CBOT	Cotação da <i>commodity</i>	(40.747)	(16.712)	7.321	31.356	55.390

Uma oscilação, positiva ou negativa, de R\$ 1,00 (um real) no valor de mercado da saca de soja, impactaria em R\$ 1.810 (R\$ 856 em 31 de dezembro de 2021) no resultado financeiro da Companhia, respectivamente.

c. Risco taxa de câmbio

A Companhia gerencia seu risco de taxa de câmbio para fluxo de caixa utilizando *swap* de taxa de juros, de dólar para taxa fixa. O objetivo é minimizar os riscos de valorização da moeda americana, dos contratos firmados com esse indexador. A Companhia assume a dívida por uma taxa prefixada de CDI e tem na ponta ativa a variação cambial da mesma dívida. O valor nominal do principal dos contratos em dólar com hedge em NDF era de R\$ 348.061 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 72.520 em 31 de dezembro de 2021). A exposição cambial decorre das vendas indexadas ao dólar através da exportação de farelo de soja, e também sobre o estoque que tem em seu preço a variação da moeda americana como componente do custo.

Com o objetivo de proteção das receitas de vendas da Companhia, que são sujeitas à volatilidade da cotação do câmbio, utilizam-se instrumentos financeiros derivativos, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de vendas e compras a termo de moeda - *Non Deliverable Forward* (NDF) e contratos de opções. Estas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras, em ambiente de balcão, onde não existem chamadas de margens. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia se dá somente na data da liquidação dos contratos.

Entretanto, deve-se considerar que a liquidação destas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto, compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de derivativos de proteção devido a variações na taxa de câmbio. Esses derivativos podem ser feitos através de termo de moeda ou opções de compra e venda de dólar.

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, as operações vinculadas ao dólar apresentadas em reais estavam compostas conforme abaixo:

**BSBIOS Indústria e Comércio
de Biodiesel Sul Brasil S.A.**
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativos financeiros					
Disponibilidades		105.110	27.684	106.279	29.198
Contas a receber de clientes		13.366	55.036	10.900	80.250
Outras contas a receber		1.218	2.129	1.218	2.129
Passivos financeiros					
Provisão reajuste de compras	11	(335.792)	(152.408)	(335.792)	(152.408)
Empréstimos		(163.118)		(163.118)	
Fornecedores mercado externo	22	(38.857)	(33.837)	(38.857)	(33.837)
Contratos – firmas					
Contratos de compra de soja	11	72.602	179.189	72.602	179.189
Contratos de venda de farelo		(250.692)	(211.554)	(250.692)	(211.554)
Contratos de compra de Óleo	11	211.742	165.537	211.742	165.537
Contratos de venda de Óleo		(121.292)	(240.867)	(121.292)	(240.867)
Estoques					
Soja em grão	11	153.712	187.135	153.712	187.135
Farelo de soja	11	24.443	63.340	24.443	63.340
Óleo degomado	11	43.272	86.071	43.272	86.071
Total de operações vinculadas ao dólar		(284.286)	127.455	(285.584)	154.183
Derivativos - termo de moeda		329.721	(72.520)	329.721	(72.520)
Derivativos – CBOT		78.143	-	78.143	-
Swap		55.980	-	55.980	-
Exposição em reais		179.558	54.935	178.260	81.663
Exposição em dólar		34.413	9.844	34.165	14.633

d. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas prefixadas ou pós-fixadas lastreadas em CDI, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as operações vinculadas a taxas de juros (CDI), apresentadas eram:

		Controladora		Consolidado	Consolidado
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
	Nota				
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	12	553.593	334.809	615.382	357.340
Derivativos ponta ativa		59.444	122.699	59.444	122.699
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	21	(1.227.708)	(1.043.234)	(1.266.092)	(1.043.234)
Derivativos ponta passiva		(49.590)	(114.517)	(49.590)	(114.517)
		(664.261)	(700.243)	(640.856)	(677.712)

A Administração se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar suas exposições em moeda estrangeira e a taxas de juros, em conjunto. A posição de derivativos contempla as provisões através da marcação a mercado (MTM) de R\$ 5.226 (R\$ 1.450 em 31 de dezembro de 2021), e os valores garantidores de margem de R\$ 17.775 (R\$ 2.701 em 31 de dezembro de 2021).

e. Análise de sensibilidade

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, para proteção contra a flutuação do câmbio e dos preços de venda das *commodities* que produz e comercializa, as quais estão atreladas à cotação do dólar e dos preços da soja e de seus derivados no mercado internacional. Foi elaborada análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros derivativos, agrupando-os conforme o fator de risco: variação cambial, variação nos preços das *commodities* e variação nos juros (CDI e dólar). Caso algum dos cenários projetados pela Administração venha a se realizar, tanto em situação de ganho ou de perda, os mesmos serão compensados em sua totalidade por efeito inverso apurado sobre a realização das receitas de vendas. O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações.

e.1 Swaps

Os *swaps* celebram uma troca de fluxo de caixa, onde este se compromete a pagar uma variação percentual do CDI - CETIP para o banco e recebendo deste a variação do dólar. Essas operações visam proteger dívidas vinculadas à moeda estrangeira, no caso o dólar, portanto, a ponta cambial não apresenta nenhum tipo de risco, pois eventuais alterações na taxa do dólar serão compensadas pelo ajuste junto à instituição financeira, ou seja, a liquidação será pela diferença entre as pontas.

Finalmente, visando reduzir o risco da variação cambial, ao fazer o *swap* da variação cambial para CDI - CETIP contrata este simultaneamente com a operação em dólar, com mesma data de vencimento e sem intenção de liquidação antecipada desta.

e.2 Análise de sensibilidade da oscilação do CDI - CETIP

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador CDI - CETIP das dívidas (posição 31 de dezembro de 2022), foram definidos três cenários diferentes a partir da referida taxa desta data, estipulada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM). Com base nesta informação foram calculadas as variações com o agravamento dessas taxas em 25% e 50%. Cabe ainda salientar que os valores foram capitalizados até a data de vencimento de cada operação pelos CDIs mencionados:

Operações	Risco	Realista	Cenário para CDI (%)	
			25%	50%
Empréstimos	Alta CDI	13,65%	17,06%	20,48%
Efeito líquido - R\$		358.359	444.311	535.347

f. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda financeira se o cliente ou contraparte de um instrumento financeiro deixar de cumprir suas obrigações contratuais. A Companhia está exposta, principalmente, ao risco de crédito advindo de vendas a prazo. A política implementada em nível local, é avaliar o risco de crédito de novos clientes antes de realizar contratos. Essas avaliações de crédito são consideradas pelas práticas comerciais locais. Não é considerado necessária a exigência de garantias reais em relação às vendas a prazo.

A Companhia não possui índices relevantes de inadimplência, bem como histórico de perdas efetivas com contas a receber de clientes.

A Companhia não apresenta saldos com risco de crédito relevante (e substancialmente não *impaired*) em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, contudo, reflete os riscos e incertezas futuras na provisão, de acordo com os conceitos do CPC 48.

g. Risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. O risco de liquidez é monitorado através de constantes atualizações do fluxo de caixa, mantendo os investimentos e caixa prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

A Administração considera que os passivos provenientes de empréstimos, financiamentos e debêntures estão adequadamente distribuídos até o vencimento das operações. Em relação aos valores de capital de giro, cujos vencimentos são de curto prazo, deverão ser renovados, já que as linhas de crédito da Companhia junto ao mercado financeiro dão suporte para tal renovação.

Em relação a fornecedores, cabe destacar que os principais são aqueles que fornecem soja, cujo prazo para pagamento é de até 10 dias após a fixação.

A Companhia apresenta em bases líquidas os saldos trazidos pela incorporação da R.P. Participações em Biocombustíveis referente a conta *Escrow*, conforme nota 3.

A seguir apresenta-se as informações de intervalo dos vencimentos dos principais passivos financeiros (valores não descontados - fluxo nominal futuro):

Controladora					
31 de dezembro de 2022					
Passivo	Nota	Até um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures		(696.083)	(291.319)	(240.305)	(1.227.707)
Fornecedores	21	(1.072.121)	-	-	(1.072.121)
Adiantamentos de clientes		(6.996)	-	-	(6.996)
Outras contas a pagar		(38.055)	(14.168)	-	(52.223)
Passivos de arrendamento		(11.142)	(39.050)	-	(50.192)
Contas a pagar pela aquisição de controlada		-	(414)	-	(414)
		<u>(1.824.397)</u>	<u>(344.951)</u>	<u>(240.305)</u>	<u>(2.409.653)</u>

31 de dezembro de 2021						
Passivo		Até um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures		(346.736)	(33.838)	(900.472)	(42.597)	(1.323.643)
Fornecedores	21	(821.773)	-	-	-	(821.773)
Adiantamentos de clientes		(611)	-	-	-	(611)
Outras contas a pagar		(14.548)	-	-	(30.883)	(45.431)
Passivos de arrendamento		(9.639)	(50.303)	-	-	(59.942)
Contas a pagar pela aquisição de controlada		-	(414)	-	-	(414)
		<u>(1.193.307)</u>	<u>(84.555)</u>	<u>(900.472)</u>	<u>(73.480)</u>	<u>(2.251.814)</u>

Consolidado					
31 de dezembro de 2022					
Passivo	Nota	Até um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Total
Empréstimos, financiamentos ne debêntures		(696.083)	(293.142)	(240.305)	(1.229.530)
Fornecedores	21	(1.139.379)	-	-	(1.139.379)
Adiantamentos de clientes		(6.996)	-	-	(6.996)
Outras contas a pagar		(41.213)	(17.416)	-	(58.629)
Passivos de arrendamento		(11.142)	(39.050)	-	(50.192)
Contas a pagar pela aquisição de controlada		-	(414)	-	(414)
		<u>(1.894.813)</u>	<u>(350.022)</u>	<u>(240.305)</u>	<u>(2.485.140)</u>

Consolidado						
31 de dezembro de 2021						
Passivo	Nota	Até um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Empréstimos, financiamentos de debêntures		(345.393)	(33.838)	(744.805)	(190.802)	(1.314.838)
Fornecedores	21	(866.429)	-	-	-	(866.429)
Adiantamento de clientes		(1.269)	-	-	-	(1.269)
Outras contas a pagar		(85.579)	-	-	(30.883)	(39.462)
Passivos de arrendamento		(9.639)	(50.303)	-	-	(59.942)
Contas a pagar pela aquisição de controlada		-	(414)	-	-	(414)
		(1.231.309)	(84.555)	(744.805)	(221.685)	(2.309.354)

h. Hierarquia da mensuração do valor justo

As normas contábeis exigem determinadas divulgações que requerem a classificação de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a importância das entradas utilizadas na mensuração do valor justo (Nota 7). A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis:

- (i) Preços cotados (não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1)).
- (ii) Entradas, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, quer direta (por exemplo, como preços ou indiretamente, isto é, derivados dos preços ou calculados com base em metodologias de precificação baseadas em dados de mercado observáveis (nível 2)).
- (iii) Entradas ao ativo ou passivo que não se baseiam em dados de mercado observáveis (entradas não observáveis (nível 3)).

O nível na hierarquia de valor justo em que o ativo ou passivo financeiro é categorizado é determinado com base na entrada do nível mais baixo que é significativo à mensuração do valor justo.

A tabela abaixo apresenta a hierarquia dos instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado para a Companhia:

**BSBIOS Indústria e Comércio
de Biodiesel Sul Brasil S.A.**
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Ponta ativa	Ponta passiva	Ponta ativa	Ponta passiva	Ponta ativa	Ponta passiva	Ponta ativa	Ponta passiva
Instrumentos financeiros derivativos contratos futuros (Nível 1)	50.270	(10.998)	63.920	(70.433)	50.270	(10.998)	63.920	(70.433)
Instrumentos financeiros derivativos contratos a termo e swaps (Nível 2)	9.174	(38.592)	58.779	(44.084)	9.174	(38.592)	58.779	(44.084)
Caixa e bancos (Nível 1)	127.816	-	34.053	-	188.999	-	56.584	-
	187.260	(49.590)	156.752	(114.517)	248.443	(49.590)	179.283	(114.517)

Os resultados referentes a operações de instrumentos financeiros com derivativos foram:

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
	Ganho/(perda)	Ganho/(perda)
Operações relacionadas a <i>commodities</i> - CBOT	(17.278)	(27.805)
Opções com dólar	40.796	26.355
Swaps	(10.110)	-
	13.408	(1.450)

i. Risco de capital

A Companhia define o valor de capital que necessita proporcionalmente ao risco. A Companhia gera sua estrutura de capital e faz ajustes em função das mudanças nas condições econômicas e nas características de risco dos ativos subjacentes.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia poderá ajustar o valor dos dividendos pagos aos acionistas, retornar capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida.

A Companhia monitora a relação entre a dívida e o capital ajustado. Tal índice é calculado como capital ajustado de dívida líquida, conforme definido acima. A dívida líquida é calculada como total da dívida deduzindo o caixa e equivalente de caixa (conforme apresentado no balanço patrimonial).

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	1.227.707	1.043.234	1.266.092	1.043.234
(-) Caixa e equivalentes de caixa	12	(553.593)	(334.809)	(615.382)	(357.340)
Dívida líquida		674.114	708.425	650.710	685.894
Total do patrimônio líquido		405.301	373.985	405.302	373.986
índice de alavancagem financeira - %		1,66	1,89	1,61	1,83

j. Hedge de fluxo de caixa

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* e a inefetividade de *hedge* foram os seguintes:

<i>Em milhares de Reais</i>	2022		Durante o período de 2022						
	Valor Nominal	Ativos	Passivos	Rubrica no balanço patrimonial em que o instrumento de hedge está incluído	Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA	Inefetividade de hedge reconhecida no resultado	Custos de hedge reconhecidos em ORA	Valor reclassificado da reserva de hedge para o resultado	Rubrica no resultado afetada pela classificação
Risco Cambial									
Contratos de câmbio a termo Complexo soja	363.873	1.721	2.847	Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.125)	-	-	-	Perdas com instrumentos financeiros derivativos, líquidos
Contratos de swaps Empréstimos na modalidade 4131	155.333	-	(12.023)	Instrumentos Financeiros Derivativos	(2.428)	-	-	(9.595)	Perdas com instrumentos financeiros derivativos, líquidos

12 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa em poder da Companhia, depósitos bancários e aplicações financeiras.

O saldo dessa conta no final do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	Controladora			Consolidado
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2021
Caixa	11	-	6.850	21
Bancos	127.805	34.053	182.149	56.563
Aplicações financeiras	425.777	300.756	426.383	300.756
	553.593	334.809	615.382	357.340

A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo, para atender a demanda de aquisição de matéria-prima, com rendimentos atrelados ao percentual entre 70 e 104% do CDI. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em caixa e não há caixa restrito que tenha sido dado como garantia para operações de empréstimos e financiamentos.

13 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Clientes nacionais	269.715	305.454	272.567	305.454
Clientes exterior (i)	13.366	55.036	10.900	80.250
Redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.178)	(1.178)	(1.178)	(1.178)
	281.903	359.312	282.289	384.526

- (i) A Companhia possui contas a receber de clientes exterior com partes relacionadas, conforme demonstrado na nota 16 (c).

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
A vencer	283.035	358.456	283.422	383.670
Vencidas de 1 a 30 dias	-	1.909	-	1.909
Vencidas de 31 a 60 dias	-	1	-	1
Vencidas de 61 a 90 dias	-	114	-	114
Vencidas de 91 a 180 dias	45	10	45	10
	283.080	360.490	283.467	385.704

Como garantias, vinculadas às negociações das dívidas mantidas junto às instituições financeiras (Nota 21), foram destinados valores de títulos de contas a receber de clientes.

A Companhia entende que o montante reconhecido como redução ao valor recuperável do contas a receber é suficiente para cobrir as perdas esperadas no recebimento de contas a receber.

14 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Matérias-primas	197.086	232.715	197.086	232.715
Produtos em elaboração	54.310	36.354	54.310	36.354
Produtos acabados	121.573	135.258	172.417	135.258
CBIOS	31.881	2.875	31.881	2.875
	404.850	407.202	455.694	407.202
Adiantamentos a fornecedores de matérias- primas (i)	1.986	30.823	1.986	30.823
	406.836	438.025	457.680	438.025

(i) Em alguns casos, a aquisição da matéria-prima soja, se dá por pagamentos antecipados, através de contratos. Estes adiantamentos são destinados para formação de estoques de matérias-primas. Os adiantamentos são liquidados mediante entrega física de grãos.

Em 2021, a Companhia passou a reconhecer todas as operações decorrentes dos CBIOS, não mais como instrumentos financeiros, mas sim como um estoque mantido para venda (CPC 16 – Estoques), sendo considerado como uma subvenção governamental no momento do reconhecimento inicial ao valor justo e tornando-se um estoque no balanço patrimonial da Companhia. No momento inicial, a mensuração do valor justo dos CBIOS é apurada considerando o preço divulgado na B3 na data de reconhecimento.

A movimentação da provisão para obsolescência de estoque e ajuste ao valor realizável líquido está evidenciada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Movimentação provisão para obsolescência de estoques				
Saldo inicial	(1.944)	(919)	(1.944)	(919)
(-) Novas provisões	(1.773)	(1.172)	(1.773)	(1.172)
(+) Reversões	1.053	147	1.053	147
Saldo Final	(2.664)	(1.944)	(2.664)	(1.944)
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Movimentação ajuste a valor realizável líquido de estoques				
Saldo inicial	(734)	-	(734)	-
(-) Novas provisões (i)	(16.435)	(734)	(16.435)	(734)
(+) Reversões	734	-	734	-
Saldo Final	(16.435)	(734)	(16.435)	(734)

(i) A constituição de novas provisões refere-se aos efeitos de valor de mercado de CBIOS, o qual apresentou relevante queda, decorrente da publicação do Decreto nº 11.141 de 2022, o qual alterou o decreto nº 9.888 de 2019, postergando o prazo para as distribuidoras comprovarem as suas metas de CBIOS para 30 de setembro de 2023 (o prazo anterior era 31 de dezembro de 2022).

15 Impostos a recuperar e imposto de renda e contribuição social a recuperar

a) Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Imposto sobre produtos industrializados	53	311	53	311
Imposto de renda retido na fonte	5.685	255	5.688	255
PIS e COFINS	580.569	536.870	580.901	537.487
ICMS	25.547	10.717	25.690	10.862
<i>Impairment de ICMS (i)</i>	-	(4.081)	-	(4.081)
Outros	2.179	18	2.234	510
Reintegra	102	146	102	146
Total circulante	614.135	544.236	614.668	545.490
PIS/COFINS	81.708	34.086	81.708	34.086
ICMS	1.001	965	1.001	965
Total não circulante	82.709	35.051	82.709	35.051
	696.844	579.287	697.377	580.541

- (i) *Impairment* de ICMS proveniente de 2017 da unidade de Marialva. Em 2019, a Companhia efetuou a provisão para *impairment* de R\$ 15.294 de crédito de ICMS, por entender que este saldo acumulado até o ano de 2017 possuía baixa probabilidade de realização. Nos anos de 2020, 2021 e 2022 foi compensado o montante total que resultou na reversão da provisão inicialmente constituída. Em dezembro de 2022, a Companhia não apresenta saldo de *impairment*, este sendo totalmente revertido.

Com o fim dos leilões, a venda de biodiesel passou a ter sua tributação de ICMS diferida ou suspensão e através da publicação do Convênio 206/2022 foi instituído o tratamento tributário diferenciado para produtor de Biodiesel que regulamentou a apuração de débito de ICMS extra-apuração. Com isso, ao final de cada período de apuração, as usinas passaram a apurar débitos de ICMS referente a essas operações. Após essa apuração, é realizado pedido de autorização junto à Secretária da Fazenda do Estado (SEFAZ) para emissão de nota fiscal de ressarcimento contra a refinaria que atualmente é a substituta tributária das operações subsequentes.

Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou débito de ICMS extra-apuração no total de R\$ 722.592 sendo que deste montante já foram ressarcidos em caixa R\$ 510.782 e o total de R\$ 75.311 aguarda liberação por parte da SEFAZ, restando R\$ 136.499 a ser ressarcido pela refinaria, totalizando R\$ 211.810 de ICMS ressarcimento.

Estes valores são registrados em rubrica específica classificada em “Outras contas a receber” uma vez que tais valores só serão realizados via ressarcimento pela Petrobras, sendo que do saldo total desta rubrica de R\$ 224.282 e o valor de ressarcimento corresponde à R\$ 136.652 em 31 de dezembro de 2022.

Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia recebeu ressarcimentos referentes a PIS/COFINS no valor de R\$ 372.314, R\$ 45 de Reintegra e R\$ 257 de IPI. No que se refere a compensações, a Companhia utilizou valores de PIS/COFINS no total de R\$ 10.375 e o montante de R\$ 17.122 referente a ação judicial da exclusão do crédito presumido de biodiesel da base de cálculo de IRPJ e CSLL.

	Controladora		Consolidado	Consolidado
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Recebimento	372.616	100.527	372.616	100.527
Compensação	27.497	19.756	27.497	19.756
	400.113	120.283	400.113	120.283

Além desses reflexos, a operação gerou novos créditos durante o exercício, tomados sobre a aquisição de insumos, créditos presumidos de acordo com a Lei nº 12.865/2013 e valores resultantes do direito ao crédito decorrente da exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS, bem como, valores oriundos da exclusão dos créditos presumidos de ICMS do Biodiesel da base de cálculo de IRPJ/CSLL (este último descrito em mais detalhes no item b) abaixo). Abaixo, detalhamos os efeitos do processo de Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS que transitou em julgado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

- (i) *Processo Judicial nº 500.1256-10.2016.4.04.7104 – BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil SA.*

Em 22 de fevereiro de 2016, a Companhia ajuizou medida judicial, objetivando a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 09 de fevereiro de 2021, a Companhia obteve decisão favorável com trânsito em julgado, garantindo o direito da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS a partir de fevereiro de 2011. Diante disso, estimou-se o valor dos créditos atualizados em R\$ 4.914, sendo R\$ 3.678 referentes ao valor original do crédito e R\$ 1.235 correspondente a SELIC. Os valores foram apurados considerando o período de 5 anos antecedentes ao ingresso da ação até a data da decisão do STF. A Companhia realizou integralmente os créditos relacionados a este processo e em 31 de dezembro de 2022 não apresenta saldo em balanço.

b) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	Consolidado
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo negativo de IRPJ	33.973	41.424	33.967	41.424
Saldo negativo de CSLL	10.304	14.034	10.377	14.064
Total circulante	44.277	55.458	44.344	55.488
Saldo negativo de IRPJ/CSLL	35.117	49.950	35.117	49.950
Total não circulante	35.117	49.950	35.117	49.950
	79.393	105.408	79.461	105.438

Os saldos apresentados acima, referem-se a saldos de imposto de renda e contribuição social a recuperar e são relacionados, principalmente, aos créditos apurados em função da decisão favorável na ação da Companhia, relacionada a Exclusão do Crédito Presumido de ICMS do Biodiesel da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, conforme descrito a seguir:

- i) *Processo Judicial nº 5007013-14.2018.4.04.7104 – BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil SA.*

A Companhia ajuizou em 12 de outubro de 2018 medida judicial, buscando a exclusão do Crédito Presumido de ICMS do Biodiesel da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, obtendo a decisão favorável com trânsito em julgado na data de 26 de maio de 2021. A Companhia estimou um crédito atualizado de R\$ 65.515, sendo o valor do crédito principal de R\$ 58.277 e a correção monetária pela aplicação da SELIC estimada em R\$ 7.318. Além disso, o referido ganho da ação proporciona que a Companhia deixe de constituir reserva para subvenção de investimento, além de aumentar a base negativa e prejuízo fiscal. Para cálculo, foi considerado o período de 5 anos anteriores ao ingresso da ação até a data do trânsito em julgado. Estima-se que estes valores se realizarão no prazo de 3 anos após a habilitação do crédito e serão utilizados para compensação de débitos próprios, exceto IRPJ, CSLL e débitos previdenciários. A parcela cuja realização supera o período de 12 meses está classificada no ativo não circulante.

Os processos de Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e o processo de Exclusão do Crédito Presumido de ICMS do Biodiesel da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, detalhados anteriormente, são nomeados “superveniências ativas”, gerados em decorrência da venda das ações da BSBIOS à R.P. BIO pela Petrobrás. No contrato de fechamento do negócio, superveniências ativas significam 50% (cinquenta por cento) de quaisquer créditos, que não se encontrem refletidos nas demonstrações financeiras auditadas à época da negociação e que venham a ser reconhecidos como de titularidade da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, os impostos a recuperar circulante e não circulante totalizaram R\$ 776.238. Para fins de realização de parte desse montante, a Companhia apresentou junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil pedido de ressarcimento no total de R\$ 452.846 referentes a PIS/COFINS. Desta forma, restam ainda solicitar ressarcimento de R\$ 125.519 relativos a créditos de PIS/COFINS. Demais impostos a compensar com débitos próprios somam R\$ 197.873. A Administração revisa a classificação contábil da conta impostos a recuperar mensalmente e, considerando as premissas dispostas pela norma contábil em vigor, procedeu com a revisão sobre a classificação dos montantes cuja expectativa de conversibilidade em caixa e liquidez ultrapassem 12 meses.

16 Partes relacionadas

A Companhia realiza transações em montantes significativos com partes relacionadas. As seguintes operações foram realizadas com partes relacionadas:

a. Vendas

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
BSBIOS Switzerland S.A.	799.182	299.853	218	2.606
BSBIOS Exportação e Importação Ltda	-	54	-	54

As vendas para a BSBIOS Switzerland S.A. são referente exportações de glicerina, biodiesel e etanol respeitando os critérios fiscais pertinentes.

b. Compra

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	30 de dezembro de 2021	30 de dezembro de 2022	30 de dezembro de 2021
Compra de produtos				
BSBIOS Exportação e Imp. Ltda.	(1)	(4.395)	(1)	(4.395)
ECB Gestão de ativos	(668)	(139)	(668)	(139)
ECB Holding S.A	-	(53)	-	(53)

c. Saldos das contas patrimoniais de compras e vendas de produtos

A seguir é apresentado o saldo existente no balanço patrimonial nos exercícios apresentados, decorrentes das vendas/compras de produtos e reembolso de despesas. O pagamento das compras normalmente se dá em 15 dias.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Contas a receber				
BSBIOS Switzerland S.A.	7.000	55.319	-	-
Contas a pagar				
ECB Holding S.A.(i)	-	(206)	-	(206)
ECB Gestão de Ativos Eireli	(59)	(55)	(59)	(55)

- (i) Em 2021, os valores a pagar para ECB Holding S.A. reflete a operação de aquisição da controlada BSBIOS Exportação e Importação LTDA. ocorrida em 31 de março de 2022.

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em 30 e 60 dias. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas.

As transações apresentadas acima foram realizadas em condições específicas negociadas entre as partes, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos, não comparáveis a operações com terceiros não relacionados.

d. Remuneração ao pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e os conselheiros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração paga ao pessoal-chave da administração foi de R\$ 6.337 (R\$ 6.191 em 31 de dezembro de 2021) incluindo salários e outros benefícios de curto prazo, na controladora e consolidado.

Alguns empréstimos bancários são avalizados pelo acionista controlador da Companhia, na pessoa física de seu representante legal. O cálculo dos avais é feito utilizando as taxas de 2% a.a. (3,5% a.a. e 3,25% a.a. em 2021) sobre os montantes líquidos da dívida garantida. O montante no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a título de avais foi de R\$ 17.146 (R\$ 12.388 em 31 de dezembro de 2021).

17 Investimentos em controladas (controladora)

(i) Saldo e movimentação dos investimentos em controladas

O saldo de investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 141.284 (R\$ 141.584 incluindo não controladas) no balanço patrimonial individual.

	BSBIOS São Paulo	BSBIOS Switzerland	Omega Green S.A.	BSBIOS Exp. e Imp. Ltda	Total
Investimento em 01 de janeiro de 2022	1.129	37.417	43.063	-	81.609
Resultado da equivalência patrimonial	(1.318)	20.156	(9.641)	393	9.590
Ajustes acumulados de conversão (CTA)	-	(925)	(5.568)	-	(6.493)
Integralização de capital	-	26.111	5.280	-	31.391
Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC)	820	-	10.540	-	11.360
Aquisição de controlada	-	-	-	13.827	13.827
Investimento em 31 de dezembro de 2022	631	82.759	43.674	14.220	141.284

	BSBIOS São Paulo	BSBIOS Switzerland	Omega Green S.A.	Total
Investimento em 31 de março de 2021(i)	810	2.067	379	3.256
Resultado da equivalência patrimonial	(3.891)	6.974	(2.629)	454
Ajustes acumulados de conversão (CTA)	-	2.279	113	2.392
Integralização de capital	-	26.097	25.354	51.451
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	4.210	-	19.846	24.056
Investimento em 31 de dezembro de 2021	1.129	37.417	43.063	81.609

(ii) Informações financeiras resumidas

Saldos em 31 de dezembro de 2022:

	BSBIOS São Paulo	BSBIOS Switzerland	Omega Green S.A.	BSBIOS Exportação e Importação Ltda
Participação acionária em %	99,99	100	99,99	100
Ativo circulante	714	133.570	1.185	1.067
Ativo não circulante	302	42.323	74.886	15.596
Passivo circulante	385	88.129	32.397	75
Passivo não circulante	-	5.005	-	2.368
Patrimônio líquido	631	82.759	43.674	14.220
Resultado do período	(1.318)	20.156	(9.642)	38

Saldos em 31 de dezembro de 2021:

	BSBIOS São Paulo	BSBIOS Switzerland	Omega Green S.A.
Participação acionária em %	99,99	100	99,99
Ativo circulante	1.318	90.731	2.697
Ativo não circulante	17	412	76.504
Passivo circulante	206	52.115	36.137
Passivo não circulante	-	1.611	-
Patrimônio líquido	5.195	30.262	46.208
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(4.066)	7.155	(3.144)

18 Propriedades para investimento

Os ativos classificados como propriedades para investimento referem-se a terrenos e edificações, os quais serão mantidos pela Companhia para obter renda e para valorização do capital. Contratos de arrendamentos das propriedades já foram firmados.

Com a posse efetiva das propriedades, a Companhia passa a classificar os ativos como propriedades para investimento, optando pela metodologia de mensuração pelo seu valor justo.

a. Mensuração do valor justo

Para determinação do valor justo foi contratada uma empresa terceirizada especializada. No laudo elaborado pelos especialistas contratados foram utilizados os seguintes métodos para avaliação, de forma isolada:

- **Terrenos:** Método direto Comparativo de Dados de Mercado, devido existência de mercado imobiliário local, ofertas, compras e vendas de imóveis assemelhados para a devida comparação através de tratamento estatístico dos dados de mercado.
- **Edifícios e benfeitorias:** Método da Quantificação de Custo de Benfeitorias, levando em consideração as características das obras civis, utilizando orçamentos de construções semelhantes atualizando seus valores. Para demais equipamentos alocados nos edifícios foi utilizado o método de Custo de Reposição destes equipamentos.

b. Conciliação do valor contábil

O saldo da conta é apresentado na movimentação abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo inicial	39.531	32.892	39.531	32.892
(+) Ajuste a valor justo	2.531	6.639	2.531	6.639
Saldo contábil, líquido	42.062	39.531	42.062	39.531

As propriedades não apresentaram mudanças significativas no período em seu valor justo, tendo em vista que entre a data do último laudo efetuado em 31 de dezembro de 2022 não houve alterações significativas no mercado imobiliário local.

c. Valores reconhecidos no resultado

A receita de aluguel reconhecida pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 2.347 na controladora (R\$ 1.848 31 de dezembro de 2021) e foi incluída em outras receitas operacionais na demonstração do resultado do período.

19 Imobilizado

	Controladora						
	Terrenos	Edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Direito de uso(i)	Obras em andamento	Total
Em 01 de janeiro de 2021							
Saldo inicial	5.916	53.167	172.420	4.259	2.053	31.454	269.269
Aquisições	-	-	376	54	59.126	46.263	105.819
Alienações	-	-	(1.084)	(78)	-	-	(1.162)
Baixa depreciação e alienação	-	-	820	71	-	(23)	868
Transferências (ii)	-	8.751	18.842	1.600	-	(31.669)	(2.476)
Depreciação	-	(1.687)	(19.155)	(1.082)	(787)	-	(22.711)
Saldo contábil, líquido	5.916	60.231	172.219	4.824	60.392	46.025	349.607
Em 31 de dezembro de 2021							
Custo	5.916	76.002	330.290	12.478	61.991	46.025	532.702
Depreciação acumulada	-	(15.771)	(158.071)	(7.654)	(1.599)	-	(183.095)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	5.916	60.231	172.219	4.824	60.392	46.025	349.607
Adiantamento para aquisição de imobilizado							100
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	5.916	60.231	172.219	4.824	60.392	46.025	349.707
Em 01 de janeiro de 2022							
Saldo inicial	5.916	60.231	172.219	4.824	60.392	46.025	349.607
Aquisições	-	-	160	-	155	28.672	28.987
Alienações	-	(50)	(6.263)	(1.068)	-	-	(7.381)
Baixa depreciação e alienação	-	20	1.539	898	-	-	2.457
Transferências (ii)	-	17.193	21.467	823	-	(39.678)	(195)
Depreciação	-	(2.332)	(20.538)	(1.172)	(2.944)	-	(26.986)
Impairment	-	(2.159)	-	-	-	-	(2.159)
Saldo contábil, líquido	5.916	72.903	168.584	4.305	57.603	35.019	344.330
Em 31 de dezembro de 2022							
Custo	5.916	90.987	345.661	12.231	62.147	35.019	551.961
Depreciação acumulada	-	(18.084)	(177.077)	(7.926)	(4.544)	-	(207.631)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	5.916	72.903	168.584	4.305	57.603	35.019	344.330
Adiantamento para aquisição de imobilizado							1.369
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	5.916	72.903	168.584	4.305	57.603	35.019	345.699

**BSBIOS Indústria e Comércio
de Biodiesel Sul Brasil S.A.**

*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Direito de uso(i)	Obras em andamento	Total
Em 01 de janeiro de 2021							
Saldo inicial	5.916	53.167	172.420	4.259	2.053	31.454	269.269
Aquisições	11.347	29	554	392	59.126	111.419	182.867
Alienações	-	-	(1.084)	(78)	-	-	(1.162)
Baixa depreciação e alienação	-	-	820	71	-	(23)	868
Transferências (ii)	-	8.751	18.842	1.600	-	(31.669)	(2.476)
Depreciação	-	(1.710)	(19.155)	(1.174)	(787)	-	(22.826)
Saldo contábil, líquido	<u>17.263</u>	<u>60.237</u>	<u>172.397</u>	<u>5.070</u>	<u>60.392</u>	<u>111.181</u>	<u>426.540</u>
Em 31 de dezembro de 2021							
Custo	17.263	76.031	330.468	12.815	61.991	111.181	609.750
Depreciação acumulada	-	(15.794)	(158.071)	(7.745)	(1.599)	-	(183.209)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	<u>17.263</u>	<u>60.237</u>	<u>172.397</u>	<u>5.070</u>	<u>60.392</u>	<u>111.181</u>	<u>426.540</u>
Adiantamento para aquisição de imobilizado							100
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	<u>17.263</u>	<u>60.237</u>	<u>172.397</u>	<u>5.070</u>	<u>60.392</u>	<u>111.181</u>	<u>426.640</u>
Em 01 de janeiro de 2022							
Saldo inicial	17.263	60.237	172.397	5.070	60.392	111.181	426.540
Aquisições	216	-	160	4	155	29.214	29.749
Adições oriundas de aquisições de controladas (iv)	5.551	16.839	4.760	421	-	7.504	35.075
Alienações	-	(50)	(6.262)	(1.068)	-	-	(7.380)
Baixa depreciação e alienação	-	20	1.539	898	-	-	2.457
Transferências (ii)	-	17.193	21.476	821	-	(39.689)	(199)
Depreciação	-	(3.235)	(21.267)	(1.327)	(2.944)	-	(28.773)
Impairment	-	(2.159)	-	-	-	-	(2.159)
CTA	(1.428)	1.431	829	17	-	(8.156)	(7.307)
Saldo contábil, líquido	<u>21.602</u>	<u>90.276</u>	<u>173.632</u>	<u>4.836</u>	<u>57.603</u>	<u>100.055</u>	<u>448.005</u>
Em 31 de dezembro de 2022							
Custo	21.602	109.285	351.441	13.014	62.147	100.055	657.545
Depreciação acumulada	-	(19.011)	(177.809)	(8.177)	(4.543)	-	(209.540)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	<u>21.602</u>	<u>90.276</u>	<u>173.632</u>	<u>4.837</u>	<u>57.603</u>	<u>100.055</u>	<u>448.003</u>
Adiantamento para aquisição de imobilizado							1.369
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	<u>21.602</u>	<u>90.276</u>	<u>173.632</u>	<u>4.837</u>	<u>57.603</u>	<u>100.055</u>	<u>449.372</u>

- (i) O grupo de direito de uso trata-se de direito de uso dos contratos de arrendamento de hardwares, aeronave e locação de sala comercial, conforme aplicação do CPC 06 (R2).
- (ii) As transferências ocorrem da rubrica “Obras em andamento” para o respectivo grupo de imobilizados e intangíveis após a conclusão de que o bem está pronto para uso, e está no local e condições operacionais pretendidos pela Administração.
- (iii) A BSBIOS Paraguay está em fase de construção da sua planta industrial. Todos os custos e despesas diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração estão sendo registrados no grupo de obras em andamento.
- (iv) A Companhia por meio de sua subsidiária integral BSBIOS Switzerland S.A., adquiriu 100% da fábrica MP Biodiesel localizada em Bomdider, no Cantão de Friburgo, na Suíça, conforme descrito na nota explicativa 4.

A avaliação realizada sobre a propriedade é aplicada para análise da política de depreciação e mensuração da redução do valor recuperável, que deve ser reconhecida diretamente ao resultado. Em 2010, a Administração concluiu a primeira análise da vida útil dos ativos e contabilizou ajuste a custo atribuído na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, de acordo com o CPC 27, que correspondeu ao valor bruto de R\$ 30.345. No mesmo período, foi efetuada a primeira revisão de vida útil conforme laudo de avaliação de empresa especializada.

A Companhia avalia anualmente, no mínimo, a existência de indicadores de *impairment* ou de que a vida útil dos bens possa ter se alterado de forma relevante.

As taxas de depreciação são calculadas pelo método linear e são calculadas de acordo com a vida útil de cada bem. No quadro abaixo apresentamos a vida útil esperada por grupo de contas, para ambos os períodos apresentados:

	Vida útil esperada
Edificações	15 a 80 anos
Veículos e máquinas	5 a 50 anos
Móveis e utensílios e equipamentos	5 a 50 anos
Direito de uso	5 a 25 anos

Alguns empréstimos bancários são garantidos pelos terrenos e edifícios de propriedade da Companhia.

20 Intangível

	Controladora		
	Ágio	Programas de computador	Total
Em 01 de janeiro de 2021			
Saldo inicial	35.820	7.377	43.197
Baixas	-	(91)	(91)
Transferências	-	2.476	2.476
Amortização	-	(1.303)	(1.303)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	<u>35.820</u>	<u>8.460</u>	<u>44.280</u>
Custo	35.820	17.303	53.123
Amortização acumulada	-	(8.843)	(8.843)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	<u>35.820</u>	<u>8.460</u>	<u>44.280</u>
Em 01 de janeiro de 2022			
Saldo inicial	35.820	8.460	44.280
Alienações	-	764	763
Baixas	-	(1.347)	(1.347)
Transferências	-	199	199
Amortização	-	(1.559)	(1.559)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2022	<u>35.820</u>	<u>6.517</u>	<u>42.336</u>
Custo	35.820	16.155	51.974
Amortização acumulada	-	(9.638)	(9.638)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	<u>35.820</u>	<u>6.517</u>	<u>42.336</u>

**BSBIOS Indústria e Comércio
de Biodiesel Sul Brasil S.A.**
*Demonstrações financeiras intermediárias individuais e
consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

	Consolidado		
	Ágio	Programas de computador	Total
Em 01 de janeiro de 2021			
Saldo inicial	35.820	7.377	43.197
Alienações	-	(90)	(90)
Transferências	-	2.477	2.477
Amortização	-	(1.303)	(1.303)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	<u>35.820</u>	<u>8.460</u>	<u>44.280</u>
Custo	35.820	17.303	53.123
Amortização acumulada	-	(8.843)	(8.843)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	<u>35.820</u>	<u>8.460</u>	<u>44.280</u>
Em 01 de janeiro de 2022			
Saldo inicial	35.820	8.460	44.280
Aquisições	-	78	78
Alienações	-	764	764
Baixas	-	(1.347)	(1.347)
Transferências	-	199	199
Amortização	-	(1.637)	(1.637)
Ágio Aquisição MP Biodiesel(i)	26.133	-	26.133
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2022	<u>61.953</u>	<u>6.517</u>	<u>68.470</u>
Custo	61.953	16.155	78.108
Amortização acumulada	-	(9.638)	(9.638)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	<u>61.953</u>	<u>6.517</u>	<u>68.470</u>

- (i) Em abril de 2022, foi efetuada a aquisição da MP Biodiesel através da subsidiária integral BSBIOS Switzerland. A diferença entre o valor de livros e o preço pago está contabilizado como ágio da operação provisoriamente até a conclusão do laudo de PPA (nota 4).

A vida útil esperada é de 15 anos para a amortização dos programas de computador (*software*).

Testes do ágio para verificação de *impairment*

A Companhia avaliou, em dezembro de 2022, a expectativa de recuperação do valor contábil do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para a Unidade Geradora de Caixa (UGC) correspondente à planta industrial da filial de Marialva/PR. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia aprovada pela Administração bem como: (a) projeções de crescimento do mercado de biodiesel com a abertura para o mercado livre, compatíveis com o desempenho histórico apresentado pela UGC; (b) expectativa de manutenção dos custos fixos apresentados historicamente; (c) margem EBITDA positiva e (d) taxa de desconto de 17,14%. Como resultado desta análise, em 2022 a Administração não identificou indícios de redução ao valor recuperável.

21 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Taxa de juros nominal a.a	Ano de vencimento	Moeda	Controladora		Consolidado	
				31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Nota de Crédito a Exportação (NCE) (a)	CDI+2% a 3,59%	2023 a 2026	R\$	358.560	149.907	358.560	157.677
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	CDI+2,84%	2023, 2024	R\$	53.402	63.251	53.402	63.251
Empréstimos no exterior	5,35%	2022	USD	-	-	38.384	-
Fundopem	IPCA/IBGE + 3%	2028	R\$	3.064	3.600	3.064	3.600
FINEP	TJLP + 3,5%	2027	R\$	49.535	59.152	49.535	59.152
Cédula de Crédito à Exportação	DI/CETIP 3,35%, CDI+2,43% a 3,15%	2023 a 2025	R\$	171.323	222.393	171.324	222.391
Cédula de Crédito Bancária	CDI+2% a 4,7% e 8,75%	2023 a 2027	R\$	238.048	220.913	238.048	213.143
Cédula de produto rural	CDI+2,9% a 3%	2023, 2024	R\$	84.172	8.664	84.172	8.664
Debêntures	CDI+3,85%	2027	R\$	276.096	315.354	276.096	315.356
Custos de transações	-	2027	R\$	(6.493)	-	(6.493)	-
				1.227.707	1.043.234	1.266.092	1.043.234
Passivo circulante				696.083	345.393	732.710	345.393
Passivo não circulante				531.624	697.841	533.382	697.841

- (a) Dentro da linha de Notas de Créditos a Exportação (NCE), um dos contratos refere-se a um empréstimo originalmente contratado em dólar. Todavia, visando a proteção da exposição cambial, houve a contratação de um instrumento financeiro derivativo – Swap, por meio do qual houve troca da exposição em dólar pela exposição ao CDI. Desta forma, considerando a estratégia de proteção ao risco cambial, na nota acima tal contrato foi considerado como sua moeda sendo Real, tendo em vista a real exposição.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, saldo em debêntures trazido pela incorporação da R.P. Participações em Biocombustíveis S.A. (nota 3). Em 16 de dezembro de 2020, com o objetivo único de compra de 50% das ações da Companhia, a sua incorporada R.P. Participações em Biocombustíveis S.A. (R.P. BIO), emitiu debêntures conforme Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da R.P. Participações em Biocombustíveis S.A. Foram emitidas 320.000 (trezentas e vinte mil) debêntures ao valor de R\$ 320.000 (trezentos e vinte milhões de reais), atualizadas monetariamente por juros remuneratórios equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. O prazo de vencimento das debêntures será de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, com pagamento do valor nominal unitário em parcelas mensais consecutivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão de acordo com o instrumento contratual.

As parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures têm os seguintes vencimentos:

**BSBIOS Indústria e Comércio
de Biodiesel Sul Brasil S.A.**
*Demonstrações financeiras intermediárias individuais e
consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
2023	-	294.081	-	294.081
2024	291.319	234.379	293.076	234.379
2025	116.834	125.465	116.834	125.465
2026	78.239	30.201	78.239	30.201
2027	44.782	13.253	44.782	13.253
2028	451	462	451	462
Após 2028	-	-	-	-
	531.624	697.841	533.382	697.841

Apresentamos abaixo a reconciliação das atividades de financiamento:

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivo de arrendamento	Dividendos e juros sobre capital próprio	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivo de arrendamento	Dividendos e juros sobre capital próprio
Saldo em 01 de janeiro de 2022	1.043.234	59.942	-	1.043.234	59.942	-
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa						
Ingressos de empréstimos	501.933	-	-	540.988	-	-
Amortização de empréstimos	(336.389)	-	-	(337.056)	-	-
Amortização de passivos de arrendamento	-	(16.256)	-	-	(16.256)	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos	(138.621)	-	-	(138.645)	-	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	-	(1.077)	-	-	(1.077)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	(12.222)	-	-	(12.222)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa						
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	16.778	-	-	16.778
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	157.550	-	-	157.571	-	-
Juros sobre passivo de arrendamento	-	7.583	-	-	7.583	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.227.707	50.192	4.556	1.266.092	50.192	4.556

**BSBIOS Indústria e Comércio
de Biodiesel Sul Brasil S.A.**
*Demonstrações financeiras intermediárias individuais e
consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

	Controladora		Consolidado	
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivo de arrendamento	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivo de arrendamento
Saldo em 01 de janeiro de 2021	604.254	2.136	604.254	2.136
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa				
Ingressos de empréstimos	958.368	-	958.368	-
Amortização de empréstimos	(517.318)	-	(517.318)	-
Amortização de passivos de arrendamento	-	(2.025)	-	(2.025)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(74.349)	-	(74.349)	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	-	(4)	-	(4)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa				
Ingresso de empréstimos. Financiamentos e debênt.				
Por meio de incorporação				
Ingressos de direito de uso de ativo		59.126		59.126
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	72.279	-	72.279	-
Juros sobre passivo de arrendamento	-	709	-	709
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.043.234	59.942	1.043.234	59.942

a. Garantias aos empréstimos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui estoques dados em garantia (Nota 14), recebíveis (Nota 13) e itens do ativo imobilizado, classificados nos grupos de terrenos, edificações e veículos e máquinas (Nota 19) e avais por parte relacionada (Nota 16).

b. Cláusulas restritivas contratuais (Covenants)

Alguns dos empréstimos, financiamentos e debêntures mantidos pela Companhia possuem cláusulas contratuais, que definem, dentre outras obrigações, a manutenção de determinados índices financeiros anuais e trimestrais, tais como:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures
Liquidez Corrente (ativo circulante / passivo circulante)	maior ou igual a 1,00	maior ou igual a 1,20
EBITDA / despesas financeiras líquidas	maior ou igual a 1,50	maior ou igual a 2,50
Dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 3,00	menor ou igual a 2,50
Dívida líquida / patrimônio líquido	menor ou igual a 2,50	

O não atendimento dessas obrigações permite às instituições financeiras declarar o vencimento antecipado dos empréstimos, financiamentos e debêntures. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia obteve waivers (dispensa do cumprimento de exigências contratuais em empréstimos) devido ao indicador EBITDA/despesas financeiras líquidas não ter atingido o indicador contratualmente previsto nas debêntures.

22 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Fornecedores nacionais	872.056	702.331	874.804	702.348
Fornecedores estrangeiros	38.857	33.837	103.368	78.476
Atualização fornecedores soja a fixar	72.692	48.185	72.692	48.185
Fornecedores risco sacado	88.516	37.420	88.515	37.420
	1.072.121	821.773	1.139.379	866.429

A atualização de fornecedores de soja a fixar representa a variação do valor das compras faturadas a preço de pauta em relação ao valor de mercado ajustado a cada fechamento de período até a efetiva fixação.

A Companhia possui operação de risco sacado com seus fornecedores com o objetivo de favorecer os procedimentos administrativos em que seus parceiros, com a participação de uma instituição financeira, têm a opção de antecipar seus recebíveis relacionados às compras de bens e serviços realizadas pela Companhia. Ressalta-se que a decisão de adesão ou não da transação é única e exclusiva do fornecedor.

Nesta operação, a instituição financeira se propõe a pagar, antecipadamente, ao fornecedor, em troca de um desconto. Por ocasião da contratação entre o banco e o fornecedor, este último transfere o direito de recebimento dos títulos ao banco. Assim, a Companhia pagará à instituição financeira na data de pagamento original, o valor nominal total da obrigação originária.

Reitera-se que esta operação não altera significativamente o modelo de negociação junto aos fornecedores, e não afeta a Companhia com eventuais encargos financeiros praticados pela instituição financeira nas operações junto aos fornecedores. Além disso, não há nenhuma garantia concedida pela Companhia. Dessa forma, a Companhia mantém o passivo como “Fornecedores” e os efeitos das transações são apresentados em atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa.

Abaixo segue a composição do contas a pagar pela aquisição de controladas, referente as transações apresentadas na nota explicativa 4:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Contas a pagar aquisição de controlada – circulante	-	-	5.643	-
Contas a pagar aquisição de controlada – não circulante	414	414	414	414
	414	414	6.057	414

23 Provisões para contingências

a. Riscos prováveis

A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, provisões referentes aos processos trabalhistas, tributários e cíveis que, na avaliação dos consultores jurídicos, se revestem de riscos prováveis. Os valores provisionados foram julgados pela Administração como suficientes para a cobertura dessas contingências. A seguir é apresentado quadro com a composição da rubrica:

Natureza	Controladora e Consolidado					Provisão de contingências, líquida
	Cíveis	Trabalhista	Tributárias	Trânsito	Provisão de contingências	
Saldo em 01/01/2021	-	1.909	1.170	19	3.098	2.812
(+/-) Provisões/(Reversões)	84	(820)	(368)	22	(1.082)	(1.604)
(-)Atualização	8	242	-	-	250	243
Saldo em 31/12/2021	92	1.331	802	41	2.266	1.451

Natureza	Controladora e Consolidado						
	Cíveis	Trabalhista	Tributárias	Trânsito	Provisão de contingências	(-) Depósitos judiciais	Provisão de contingências, líquida
Saldo em 01/01/2022	92	1.331	802	41	2.266	(815)	1.451
(+/-) Provisões/(Reversões)	(96)	158	-	(14)	48	404	452
(-)Atualização	4	998	165	25	1.192	27	1.219
Saldo em 31/12/2022	-	2.487	967	52	3.506	(384)	3.122

Natureza dos processos

Trabalhistas

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2022, processos trabalhistas de risco provável, dos quais, os que possuem maior relevância no saldo apresentado, na sua grande maioria, são solicitações de equiparação salarial, horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade. Para garantir que o saldo apresentado seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas é feito um acompanhamento mensal de cada processo pelos assessores jurídicos da Companhia.

Trânsito

Os processos de Trânsito são derivados de multas que, quando possuem fundamento para recurso, são submetidos pela área jurídica. Os valores mais expressivos são multas derivadas de cargas com excesso de peso, embarcar produtos perigosos sem documentação exigida, ou com frete mínimo.

Quando o recurso é indeferido, prossegue-se então para o pagamento da referida guia e a baixa da provisão.

Tributários

Os processos tributários são decorrentes de manifestações de inconformidade provenientes de ressarcimentos de créditos já arquivados, e que possuem risco de notificação de devolução a Fazenda.

b. Riscos Possíveis

A Companhia também é parte em processos administrativos e judiciais que, na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, apresentam riscos possíveis, os quais não foram provisionados e totalizam R\$ 340.442 (R\$ 131.829 em 31 de dezembro de 2021), classificado nas seguintes naturezas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Tributário	292.013	90.470	329.784	123.837
Trabalhista	5.680	2.952	5.680	2.952
Cíveis	4.951	5.026	4.951	5.026
Trânsito	27	14	27	14
	302.671	98.462	340.442	131.829

No âmbito tributário, na esfera administrativa, o montante é composto de ICMS (R\$ 267.182), PIS e COFINS (R\$ 24.334) e outros (R\$ 38.268), no consolidado. Em geral os passivos contingentes tributários são decorrentes de discussões sobre interpretações da legislação quanto a tomada de créditos fiscais, as quais a Companhia já apresentou seus manifestos de inconformidades junto às autoridades fiscais.

Estes processos são defendidos por seus assessores jurídicos, nos quais espera-se obter uma decisão favorável ainda no âmbito administrativo, conforme experiências em casos similares.

Trabalhistas

As reclamações trabalhistas são referente a horas extras, intervalos intrajornadas, danos morais, equiparação salarial e honorários. Quanto ao andamento dos processos, alguns foram contestados e aguardam a realização de audiência, outros foram realizadas ou agendadas as perícias.

Tributário

No âmbito tributário, os principais processos classificados como risco possível são (i) processo no âmbito estadual, decorrente de Auto de Lançamento do Estado do RS, lavrado para exigir créditos tributários de ICMS, oriundos de empresa sucedida e (ii) Auto de Lançamento (AL) emitido em abril de 2022 pelo Estado do RS, com alegação de apropriação indevida de créditos fiscais de ICMS durante o período de abril de 2017 a dezembro de 2021. Os créditos destacados no AL se referem a operações interestadual, onde a Companhia adquire mecadoras de fornecedores localizados em outras unidades da federação com destaque de ICMS e posteriormente revende com diferimento dentro do estado do Rio Grande do Sul, a Companhia entende não haver irregularidade sobre tais operações.

Demais processos são referentes à solicitação de ressarcimento de PIS/COFINS com base em manifestações de inconformidades contra decisões que indeferiram pedidos de ressarcimentos dos anos de 2010 até 2016 e um referente ao ano de 2019. Também contemplam (i) auto de infração lavrado por suposta falha de fornecedor na emissão de notas fiscais do período de outubro de 2018 até março de 2020 com saída para estabelecimentos em estado diverso, nos quais a Companhia foi considerada parte solidária na autuação; (ii) Manifestação de inconformidade contra despacho decisório que homologou parcialmente a compensação declarada pela sucedida com créditos vinculados a receita de exportação apurados em 2013; e (iii) também homologação de crédito oriundo de valores pagos a maior da Contribuição Previdenciária Patronal sobre avais.

Trânsito

As multas de trânsito com risco possível são oriundas de transitar o veículo com excesso de peso, expedir produtos perigosos em veículos ou equipamentos de transporte com características técnicas ou operacionais inadequadas, embarcar produtos perigosos em veículo sem a devida documentação, dentre outros. Ao todo, a Companhia possui trezentos e dezenove processos, não possuindo multas individualmente significativas.

Cível

No total, a Companhia possui processos cíveis com risco possível que referem-se a ações indenizatórias e ações de desapropriação.

c. Ativos contingentes

A Companhia possui processos ativos com expectativa de ganho provável, de acordo com a avaliação de seus assessores legais. Com relação às ações que ainda não transitaram em julgado, estes potenciais ativos são considerados como contingentes e não são reconhecidos até que sua probabilidade de materialização seja líquida e certa.

Desses processos, o mais relevante é na esfera tributária, que visa garantir a tomada de crédito ordinários de PIS/COFINS nas aquisições de óleo degomado de soja para a produção de biodiesel, a Companhia segue monitorando e acompanhando a evolução da discussão. Até 31 de dezembro

de 2022, tal processo apesar de ter expectativa de ganho provável, ainda não atingiu os critérios de praticamente certo, e portanto, não foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia.

24 Despesa de imposto de renda e contribuição social

A seguir é apresentada a composição das principais adições e exclusões que afetam o cálculo dos impostos sobre o lucro.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Resultado antes do IR e CS	75.289	91.132	78.390	92.428
Alíquota fiscal combinada	0,34	0,34	0,34	0,34
Despesa de tributos à alíquota nominal	(25.598)	(30.985)	(26.653)	(32.281)
(Adições) Exclusões Permanentes				
Multas	(30)	(32)	(30)	(32)
Doações	(1.306)	(1.236)	(1.306)	(1.236)
Prejuízo fiscal no qual não foi constituído ativo fiscal diferido	(105.627)	(99.854)	(105.487)	(99.854)
Incentivos fiscais – subvenção	114.131	108.801	114.131	108.801
Incentivos fiscais – PAT – Rouanet	-	34	-	34
Venda de CBIOS	15.522	(12.565)	15.522	(12.565)
Outras exclusões (Adições)	(4.243)	2.942	(6.429)	2.942
Mais valia decorrentes de eventos societários e incorporações	(3.876)	-	(3.876)	-
Parcela isenta do adicional de 10%	-	4	-	4
Prejuízo fiscal compensado	-	4.874	-	4.874
Constituição (reversão) de IR/CS Diferidos Ativo	6.382	20.406	6.383	20.406
	(4.645)	(7.611)	(7.745)	(8.907)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	(11.434)	(2.954)	(12.730)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(4.645)	3.823	(4.792)	3.823
	(4.645)	(7.611)	(7.746)	(8.907)
Alíquota efetiva	6,14%	8,35%	9,88%	9,64%

25 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de IRPJ e CSLL diferidos líquidos apresentam-se como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Outras diferenças temporárias	37.453	22.120	37.453	22.120
Prejuízos fiscais	34.719	28.337	34.719	28.337
Mais valia ativos imobilizados incorporação (i)	46.437	49.158	46.437	49.158
Mais valia ativos intangíveis - incorporação (i)	866	2.021	866	2.021
Custo atribuído e mais valia de ativos	(3.406)	(3.903)	(3.406)	(3.903)
Combinação de negócios – <i>Goodwill</i>	(5.529)	(5.529)	(5.529)	(5.529)
Outras exclusões temporárias	(55.151)	(30.860)	(55.151)	(30.860)
Mudança de vida útil	(6.036)	(6.955)	(6.036)	(6.955)
Passivos contingentes - incorporação (i)	(40.410)	(40.410)	(40.410)	(40.410)
Compra vantajosa - incorporação (i)	(5.198)	(6.797)	(5.198)	(6.797)
	3.745	7.182	3.745	7.182

- (i) Efeitos tributários provenientes da incorporação da R.P. Participações em Biocombustíveis S.A. ocorrida em 2021, conforme descrito na nota explicativa 3.

**BSBIOS Indústria e Comércio
de Biodiesel Sul Brasil S.A.**
*Demonstrações financeiras intermediárias individuais e
consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo Diferido				
A ser recuperado em até 12 meses	34.396	18.596	34.396	18.596
A ser recuperado mais de 12 meses	85.079	83.040	85.079	83.040
	119.475	101.636	119.475	101.636
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Passivo Diferido				
A ser realizado em até 12 meses	25.620	4.694	25.620	4.694
A ser realizado mais de 12 meses	90.110	89.760	90.110	89.760
	115.730	94.454	115.730	94.454

b. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos líquidos

A movimentação dos impostos diferidos líquidos está apresentada abaixo:

				Saldo em 31 de dezembro de 2022		
	Saldo líquido em 31/12/2021	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Ativação de 30% do Prejuízo sobre o Passivo	28.337	6.382	-	34.719	34.719	-
Soja a Fixar	16.383	8.333	-	24.716	24.716	-
Provisão para Contingências Trabalhistas, Tributárias e Judiciais	770	422	-	1.192	1.192	-
Valor Justo Propriedades para Investimento	(3.045)	(861)	-	(3.906)	-	(3.906)
Ajuste ao Valor Realizável Líquido Estoques	910	5.584	-	6.494	6.494	-
Impairment de ativos financeiros e não financeiros	1.625	(654)	-	971	971	-
Direito de uso de ativos	(153)	(2.366)	-	(2.519)	31	(2.550)
Reavaliação Imobilizado CPC 01 - Custo Atribuído	(3.903)	497	-	(3.406)	-	(3.406)
Depreciação Dif. Vida útil	(6.955)	919	-	(6.036)	-	(6.036)
Mais Valia - filial de Marialva	(674)	74	-	(600)	-	(600)
Mais valia ativos imobilizados - incorporação (i)	49.158	(2.721)	-	46.437	46.437	-
Mais valia ativos intangíveis - incorporação (i)	2.021	(1.155)	-	866	866	-
Depreciação acelerada e dif vida útil	(22.955)	(3.721)	-	(26.676)	-	(26.676)
Compra vantajosa - incorporação (i)	(6.797)	1.599	-	(5.198)	-	(5.198)
Hedge accounting diferenças resultados abrangentes	-	-	(1.208)	1.208	1.652	(444)
Goodwill	(5.529)	-	-	(5.529)	-	(5.529)
MTM - Operação com Derivativos	(2.782)	(1.777)	-	(4.559)	-	(4.559)
IRPJ e CSLL Contingencias PPA RP Bio	(40.410)	-	-	(40.410)	-	(40.410)
CBIOs - Subvenção e realização pela venda	(1.216)	(15.200)	-	(16.416)	-	(16.416)
Provisão para perdas com adiantamentos	2.397	-	-	2.397	2.397	-
	7.182	(4.645)	(1.208)	3.745	119.475	(115.730)
Ativo (passivo) diferido, líquido					3.745	-

- (i) Efeitos tributários provenientes da incorporação da R.P. Participações em Biocombustíveis S.A., ocorrida em 2021, conforme descrito na nota explicativa 4.

A contribuição social e o imposto de renda sobre diferença positiva do custo atribuído dos ativos imobilizados serão transferidos para o passivo circulante na medida da realização por depreciação, baixa ou provisão para valor a recuperar dos componentes do ativo. A contrapartida desses tributos está registrada em conta retificadora no patrimônio líquido.

A Companhia constituiu provisão para IRPJ e CSLL sobre a depreciação da nova vida útil do imobilizado, cujo efeito contábil será reconhecido após o período legalmente admitido pelo fisco. Esses valores constituem exclusões temporárias para fins de cálculo dos referidos impostos.

Em 31 de março de 2022, a Companhia efetuou a aquisição da BSBIOS Exportação e Importação Ltda. (nota 2) que por sua vez possui saldos de IRPJ e CSLL passivos diferidos no valor de R\$ 2.367. Considerando que tais saldos são de uma outra entidade legal, seguindo os requisitos do CPC 32 – Impostos sobre o lucro, tal montante foi apresentado separadamente no balanço patrimonial, não tendo sido apresentado em base líquida dos ativos e passivos diferidos da Controladora.

c. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o prejuízo fiscal foi constituído ao nível que a Companhia espera recuperar em um futuro previsível, por meio de lucro tributável futuro disponível. Desta forma, não foram reconhecidos ativos diferidos sobre os montantes de prejuízos fiscais conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Efeito tributário	242.318	144.299	254.046	174.320
Prejuízos fiscais acumulados	712.701	424.407	747.195	512.705

26 Patrimônio líquido

a. Capital social e direito das ações

A Companhia efetuou, em 31 de dezembro de 2022, capitalização de parte de suas reservas de retenção de lucros no montante de R\$ 44.607, conforme aprovação da Assembleia Geral Extraordinária efetuada em 31 de dezembro de 2022. Deste modo, em 31 de dezembro de 2022, o capital social é de R\$ 203.502 (R\$ 158.895 em 31 de dezembro de 2021) e está dividido em 6.511.479 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pertencentes inteiramente à ECB Holding S.A., empresa domiciliada no Brasil.

b. Reservas de lucros

b.1 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, conforme previsto em estatuto e em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404-76. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A Companhia destinou, em 31 de dezembro de 2022, à reserva legal montante equivalente a R\$ 3.532 totalizando R\$ 31.818 (R\$ 28.286 em 31 de dezembro de 2021).

b.2 Reserva para incentivos fiscais

A reserva para incentivos fiscais anteriormente constituída, se referia a incentivos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), decorrente do benefício concedido pelo estado do Rio Grande do Sul (RS) sobre as saídas de biodiesel. A manutenção do incentivo depende do cumprimento de condições estabelecidas em convênio, benefício esse que foi convalidado pelo Estado do Rio Grande do Sul pelo Decreto nº 54.738 de 30 de julho de 2019.

Com o êxito do Processo Judicial nº 5007013-14.2018.4.04.7104 ocorrido em maio de 2021,

conforme detalhado na nota 15, a Companhia afastou a Lei Complementar 160/2017, a qual condicionava a utilização dos créditos presumidos de ICMS na apuração do lucro real desde que o valor fosse destinado para a reserva de incentivos fiscais. O referido ganho da ação proporciona que a Companhia deixe de constituir reserva para subvenção de investimentos, bem como reverter os valores já constituídos no passado. Foi considerado o período de 5 anos anteriores ao ingresso da ação até a data do trânsito em julgado para apurar o montante de reserva de incentivos fiscais já constituída.

Em dezembro de 2021, a Companhia reverteu suas reservas de incentivos fiscais, destinando o saldo para a rubrica reserva de retenção de lucros. O valor revertido totalizou R\$ 237.039.

c. Dividendos mínimos obrigatórios

Ao acionista é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi creditado a rubrica dividendos o montante de R\$ 16.778. Deste montante, R\$ 8.722 já pagos durante o exercício na forma de juros sobre o capital próprio e R\$ 3.500 na forma de dividendos intercalares com base nas demonstrações financeiras apuradas com data base 30 de setembro de 2022 pagos em outubro de 2022, acrescido do montante residual a pagar de R\$ 4.556 com base no resultado apurado de 31 de dezembro de 2022.

Conforme nota 21(b), a Companhia obteve waivers por não ter atingido o indicador EBITDA/Despesa financeira e para o pagamento do dividendo complementar apurado na data base de 31 de dezembro de 2022.

	31 de Dezembro de 2022
Lucro Líquido do Exercício	70.645
Reserva legal (5%)	(3.532)
Dividendos obrigatórios	16.778
Juros sobre capital próprio	(13.761)
Juros sobre capital próprio liq IR	(12.222)
Dividendos a pagar	4.556

d. Juros sobre capital próprio e dividendos intercalares

A Administração da Companhia aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre capital próprio, calculado com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP). Durante o exercício de 2022 foi pago valor de juros sobre o capital próprio de R\$ 8.722 e R\$ 3.500 a título de dividendos intercalares, imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

e. Lucro por ação básico e diluído

O resultado por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

A Companhia não possui instrumentos patrimoniais potenciais diluidores que devam ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído. Desta forma, não há diferenças entre o lucro básico por ação e lucro diluído por ação.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Lucro do exercício	70.644	83.521	70.654	83.521
Quantidade de ações	6.511	6.497	6.511	6.497
Lucro por ação	10,85	12,86	10,85	12,86

27 Receita líquida de vendas

A Companhia obtém suas receitas principalmente na venda de produção própria e operações de compra e venda de mercadorias, classificando conforme o quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Venda de produtos	8.181.023	7.788.043	7.389.052	7.404.765
Revenda de Mercadorias	1.332.030	963.959	2.301.127	1.401.425
Prestação de serviços	200	152	1.742	152
Deduções de vendas	(312.384)	(901.154)	(311.277)	(901.154)
	9.200.869	7.851.000	9.380.644	7.905.188

Abaixo está apresentada a receita líquida de vendas no mercado interno e no mercado externo.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Receita líquida de vendas mercado interno	8.100.772	7.327.776	8.110.413	7.845.398
Receita líquida de vendas mercado externo	1.100.097	523.224	1.270.231	59.790
	9.200.869	7.851.000	9.380.644	7.905.188

A rubrica deduções de vendas possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Impostos sobre vendas (i)	(129.890)	(852.366)	(130.033)	(852.366)
Ajuste a valor presente	(52.684)	(28.024)	(52.684)	(28.024)
Abatimentos, descontos e devoluções e comissões	(129.810)	(20.764)	(128.560)	(20.764)
	(312.384)	(901.154)	(311.277)	(901.154)

- (i) O principal fator para redução das deduções sobre vendas é decorrente a alteração tributária no âmbito do ICMS, na qual as vendas de biodiesel deixaram de ter saídas tributadas e passaram a ser diferidas, mencionado na nota 15 (a).

Abaixo apresentamos a receita líquida desagregada por seus principais produtos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Biodiesel	5.647.452	4.540.574	5.670.434	4.594.762
Farelo de soja	2.019.067	1.935.415	2.019.067	1.935.415
Oleo de soja degomado	158.838	331	158.838	331
Grão de soja	520.540	827.583	520.540	827.583
Glicerina	417.191	367.421	573.984	367.421
Outros produtos (i)	437.781	179.676	437.781	179.676
	9.200.869	7.851.000	9.380.644	7.905.188

- (i) O aumento da receita líquida de vendas de outros produtos, deve-se principalmente a vendas de etanol, as quais passaram a ser efetuadas no ano de 2022, tendo em vista oportunidades de mercado relacionadas a comercialização do respectivo produto.

28 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Matérias Primas / Produtos adquiridos	(8.593.335)	(7.482.323)	(8.740.648)	(7.520.205)
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais	(88.231)	(50.734)	(100.375)	(57.212)
Pessoal e encargos sociais	(67.563)	(53.168)	(75.046)	(55.678)
Fretes s/vendas	(55.883)	(21.714)	(56.540)	(21.714)
Depreciação e amortização	(28.541)	(24.065)	(28.533)	(24.117)
Gastos com bens permanentes	(21.943)	(21.273)	(21.974)	(21.275)
Impostos e taxas	(1.544)	(706)	(2.715)	(1.237)
Outras naturezas	(31.581)	88.678	(29.394)	88.436
Total do custo de vendas, despesas administrativas, de vendas e outras despesas operacionais	(8.888.621)	(7.565.305)	(9.055.225)	(7.613.002)

As despesas e custos estão agrupados por função conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Custo dos produtos e serviços vendidos (i)	(8.687.238)	(7.565.230)	(8.833.930)	(7.603.111)
Despesas com vendas	(112.461)	(46.107)	(113.610)	(49.135)
Gerais e administrativas	(102.473)	(70.351)	(124.316)	(77.094)
Impairment de ativos financeiros	-	(1)	-	(1)
Impairment de ativos não financeiros	1.922	10.512	1.922	10.512
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas (ii)	11.629	105.872	14.709	105.827
	(8.888.621)	(7.565.305)	(9.055.225)	(7.613.002)

- (i) Créditos presumidos de PIS e COFINS, de acordo com a Lei 12.865/13 além de créditos provenientes do PRONAF conforme Lei 11.116/05 e Decreto 5.297/04, juntamente com os créditos fiscais de ICMS, conforme Decreto nº 45.642/08 e 47.634/10 do Estado do Rio Grande do Sul e Decreto nº 5.620/09 do Estado do Paraná, bem como as escriturações de CBIOS (subvenções) são apresentados na rubrica de custo dos produtos vendidos e correspondem ao montante de R\$ 685.297.
- (ii) Créditos extemporâneos federais de R\$ 70.462 reconhecidos no ano de 2021, conforme Lei 11.116/05 e Decreto 5.297/04.

29 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia tem natureza de subvenções para investimento e são registradas pelos seus valores nominais. A partir da Lei Complementar nº 160/2017, todos os incentivos fiscais ou financeiro-fiscais concedidos pelos Estados e Distrito Federal são considerados subvenções para investimento.

A subvenções governamentais da Companhia são apresentadas na demonstração do resultado do exercício na linha de “Custo dos produtos vendidos e serviços prestados”, já que o benefício objetiva compensar os custos da operação.

a) Subvenções governamentais estaduais

São enquadradas na esfera estadual as seguintes subvenções:

- Crédito presumido de ICMS no biodiesel: fundamentado no Decreto nº 50.234/13 do estado do Rio Grande do Sul;
- Crédito presumido de ICMS farelo: fundamentado no Decreto nº 47.634/10 do estado do Rio Grande do Sul;
- Crédito presumido de ICMS biodiesel e crédito presumido na importação do metanol, na unidade de Marialva/PR fundamentado no Decreto nº 7.871/17.

Até dezembro de 2022, foi contabilizado o montante de R\$ 357.014 (R\$ 347.729 até dezembro de 2021) a título de subvenções estaduais.

b) Subvenções governamentais federais

Estão sob a esfera federal as subvenções abaixo:

- Crédito presumido de PIS e COFINS conforme Lei nº 12.865/2013;
- Crédito de PIS e COFINS proveniente do PRONAF conforme Lei nº 11.116/05 e Decreto nº 5.297/04;
- Reconhecimento inicial dos CBIOS (Créditos de descarbonização).

A Companhia obteve direito de excluir na apuração do IRPJ e CSLL os créditos presumidos de ICMS da operação do Biodiesel do Rio Grande do Sul e Paraná, após trânsito e julgado do processo 5001256-10.2016.4.04.7104 no TRF 4º Região, conforme divulgado na nota explicativa 15 (b). A decisão favorável mencionada, ainda afastou os requisitos da Lei Complementar nº 160/2017.

Em 12 de março de 2022, com o advento da Lei Complementar 192/2022, houve alteração nas alíquotas de PIS e COFINS nas vendas de biodiesel de R\$ 148,00 por m³ para zero. Devido a esta alteração, somente foram apropriados créditos de PIS e COFINS provenientes do PRONAF nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2022.

Até dezembro de 2022, foi contabilizado o montante de R\$ 328.283 (R\$ 329.934 até dezembro de 2021) a título de subvenções federais.

30 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ajuste a valor presente	52.756	28.259	52.908	28.259
Receita de aplicação financeira	27.617	4.698	27.645	4.699
Variação cambial	91.879	53.275	92.124	54.570
Variação monetária ativa	36.781	6.665	36.781	6.705
CBIOS – créditos de descarbonização (i)	-	(10.931)	-	(10.931)
Descontos obtidos	1.668	1.750	1.668	1.750
Total receitas financeiras	210.701	83.716	211.126	85.052
Tributos sobre operações financeiras	(3.741)	(1.734)	(3.753)	(1.743)
Juros pagos	(115)	(127)	(335)	(200)
Descontos concedidos	(4)	(294)	(4)	(294)
Despesas bancárias	(56.320)	(14.019)	(56.319)	(14.019)
Juros sobre compras a prazo	(5.879)	(7.016)	(5.936)	(7.445)
Comissões sobre corretagens	(4.245)	(2.703)	(4.245)	(2.703)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(230.844)	(117.002)	(230.858)	(117.002)
Atualização de fornecedores a fixar	(32.448)	(52.581)	(32.448)	(52.581)
Variação cambial passiva	(97.437)	(46.767)	(98.040)	(52.335)
Variação monetária passiva	(6.070)	(405)	(6.070)	(405)
Total despesas financeiras	(437.103)	(242.648)	(438.008)	(248.727)
Resultado com derivativos CBOT	(105.172)	(76.574)	(105.172)	(76.574)
Resultado com derivativos USD	85.025	40.489	85.025	40.489
Total resultado líquido derivativos	(20.147)	(36.085)	(20.147)	(36.085)
Resultado financeiro líquido	(246.549)	(195.017)	(247.029)	(199.760)

- (i) Em 2021, a Companhia passou a reconhecer todas as operações decorrentes dos CBIOS, não mais como instrumentos financeiros, mas sim como um estoque mantido para venda (CPC 16 – Estoques), sendo considerado como uma subvenção governamental no momento do reconhecimento inicial ao valor justo e tornando-se um estoque no balanço patrimonial da Companhia.

31 Eventos subsequentes

a. Aquisição de complexo industrial La Paloma com fábrica de biodiesel e esmagadora de soja no Paraguai

A BSBIOS adquiriu o Complexo Industrial La Paloma, empresa localizada em La Paloma del Espíritu Santo, no Departamento de Canindeyú, no Paraguai. O contrato foi assinado em 05 de janeiro de 2023 com controle da operação sendo assumido pela BSBIOS a partir de 1º de fevereiro de 2023. O valor da aquisição do referido negócio foi de USD 12.300 (R\$ 66.452). O complexo conta com a capacidade de produzir 7 milhões de litros de biodiesel por ano, a base de óleos vegetais, e tem capacidade de esmagar 50 mil toneladas de soja por ano, produzindo cerca 38 mil toneladas de farelo no período, casca de soja e óleo vegetal. A aquisição reafirma o posicionamento da Companhia em diversificar os investimentos, internacionalizar a empresa e avançar em matérias-primas renováveis, alinhado com o propósito. A Companhia já desenvolve suas relações comerciais no Paraguai, por meio do projeto de investimento na biorrefinaria de biocombustíveis avançados Omega Green, e agora passará a contar com a unidade de esmagamento de soja e produção de biodiesel, que se denominará BSBIOS La Paloma.